



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 21 de setembro de 2018, aprovada na sessão ordinária de 12 de novembro de 2018.-----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 13 de novembro de 2018.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

ATA N.º 8 – No dia 21 de setembro de 2018, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 45 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o Sr. Mário Jorge de Castro Reis, 2.º Secretário da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2 – Proposta de Redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Santa Maria da Feira;
- 3 – Derrama a cobrar no ano de 2019 (Exercício 2018);
- 4 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – ano de imposto 2018;
- 5 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2019);
- 6 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2019;
- 7 – Moldura Organizacional
- Ratificação da suspensão;
- 8 – Reorganização dos serviços municipais;
- 9 – Alteração ao Mapa de Pessoal;
- 10 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão
- Construção de Casa Mortuária;
- 11 – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Rua da Azenha, Paços de Brandão;
- 12 – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita no Lugar de Regadas, em Mozelos;
- 13 – ETAR da Remolha (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento);
- 14 – Despedimento coletivo na Pietec ameaça 41 trabalhadores (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento).

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor



7/4
R

Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----
Não esteve presente a Sr.ª Vereadora Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Maria José Ferreira dos Santos, estar presente na sessão, tendo solicitado ser substituída na mesma, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou, para esse efeito, a deputada municipal Aldina dos Reis Camboa Cabral, do grupo municipal do PSD, a qual aceitou o convite e tomou o respetivo lugar na Mesa, como Secretária da mesma. -----

De seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 4 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

- Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro; -----
 - Paços de Brandão (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Fernando Cardoso Ferreira Capela; -----
 - Romariz (PSD): delegada a representação na Tesoureira do Executivo – Alexandra Patrícia Moreira Rocha; -----
 - União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho. -----
-

Informou ainda que os membros Serafim Manuel Rocha Guimarães, Maria José Ferreira dos Santos, Juliana Canedo da Rocha, Rosa Maria Pinto da Silva, Manuel Oliveira de Almeida e Moisés Salvador Coelho Ferreira, solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----



- Serafim Guimarães (PSD): substituído pela Cláudia Oliveira Antunes Correia (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista – João Luís Almeida Cunha e Maria João Resende Lamas – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes*).-----
- Maria José Santos (PSD): substituída pelo José Moreira de Jesus Castro. -----
- Juliana Rocha (PSD): substituída pela Joana Inês Carvalho Coelho Ribas.-----
- Rosa Silva (PS): substituída pelo Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (*uma vez que o cidadão seguinte da respetiva lista – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de estar presente*). Verificou-se que o cidadão Eduardo Rocha ainda não se encontrava presente, tendo entrado no decorrer da sessão. -----
- Manuel de Almeida (PS): substituído pela Jéssica Oliveira e Sousa. -----
- Moisés Ferreira (BE): substituído pelo Pedro Luís Alves Ferreira. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 45 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; Cláudia Oliveira Antunes Correia; José Moreira de Jesus Castro; Joana Inês Carvalho Coelho Ribas; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Fernando Cardoso Ferreira Capela; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho;-----



[Handwritten initials and signature]

Pelo Partido Socialista (PS):-----
Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Justino Santos Pinto; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes Duarte; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Jéssica Oliveira e Sousa; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade. -
Pelo Bloco de Esquerda (BE): Salomé Almeida Ventura e Pedro Luís Alves Ferreira;-----
Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----
Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Filipe Ramiro Tavares Moreira.-----

Entraram no decorrer da sessão: António André da Silva Topa (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Ana Rafael Lima Lamas Barros (PSD), Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS), e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (PSD), Milheirós de Poiares – Manuel António Martins de Melo (Independente), e União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos (PSD).-----

Faltaram à sessão, sem serem substituídos: Regina Maria Gonçalves da Silva (PSD) e Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro (PS).-----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão extraordinária de 13 de setembro de 2018 e a presente sessão:-----

- “Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 30 de julho e 13 de agosto de 2018;-----



AA
G
R

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018;-----
- E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo documentos que se prende com a análise da ANAM relativamente à sua natureza, bem como um outro respeitante à posição da Direção da ANAM sobre o processo de descentralização que o governo tem em curso;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Rui Alves Rios, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a justificação da sua falta à sessão extraordinária realizada pela Assembleia Municipal no dia 13 de setembro de 2018, por motivos profissionais urgentes e de última hora;-----
- E-mail do cidadão Miguel Almeida, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrição de Ana Rita Couto (como porta-voz da Associação Verde Certo – Proteção Animal e Ambiente) para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018, pelo que se faria substituir na mesma pela Tesoureira daquele Executivo – Alexandra Patrícia Moreira Rocha;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Maria José Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018, por razões de trabalho, solicitando ser substituída na referida sessão, nos termos regimentais;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando um voto de pesar à D.ª Maria do Carmo Rocha, pelo falecimento do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, aprovado por esta Assembleia na sua sessão extraordinária de 13 de setembro de 2018;----
- Convite do Cube Desportivo Feirense – Futebol SAD, ao Sr. Presidente da Assembleia



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

- Municipal, para estar presente no jogo entre o CD Feirense e o CD Nacional, a realizar no dia 23 de setembro de 2018; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Projeto de Resolução que recomenda ao governo a “necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública”, apresentado na Assembleia da República por aquele grupo parlamentar e que foi discutido em plenário no dia 20 de setembro de 2018; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Juliana Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018, por se encontrar em Lisboa, solicitando ser substituída na referida sessão, nos termos regimentais;-----
 - E-mail de Manuela Mendonça, da Direção do Sindicato dos Professores do Norte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo carta aos municípios da Fenprof – Federação Nacional dos Professores, sobre a Lei n.º 50/2018 (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais); -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Rosa Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018, por motivos de saúde, e que se faria substituir na mesma pelo cidadão seguinte da lista do Partido Socialista, Eduardo Rocha;-----
 - E-mail da cidadã Cristina Cruz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando proposta para prestação do serviço da transcrição do áudio das reuniões; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Manuel de Almeida, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018, por razões pessoais e familiares, e que se faria substituir na mesma pela cidadã seguinte da lista do Partido Socialista, Jéssica Sousa;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 21 de setembro de 2018, por motivos profissionais, solicitando ser substituído na referida sessão, nos termos legais;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelos
-



- membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, sobre “Inexistência de instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade condicionada no Pavilhão Municipal da Lavandeira” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado ao membro Moisés Ferreira em formato digital, por e-mail, em 21/09/2018;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre “Parque Infantil das Termas – Caldas de São Jorge” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 21/09/2018; -----
 - Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 4 documentos para serem apreciados – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram atempadamente enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que apresentou a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“CRIAÇÃO DE UM MAPA MUNICIPAL DE PERCURSOS PEDESTRES DE INTERESSE ECOLÓGICO-----

O pedestrianismo é uma atividade desportiva, não competitiva, praticada essencialmente em ambientes naturais, obtendo os seus praticantes os benefícios inerentes à prática de atividades de ar livre, funcionando ainda como uma forma de escapar ao stress e sedentarismo do dia a dia vivido nas cidades. O pedestrianismo hoje é uma forma de combater o stress da vida urbana e promotora de saúde, valoriza o património ambiental e dinamiza o turismo de lazer nesses locais. -----

Nos dias de hoje se queremos um concelho moderno, atrativo e competitivo de forma de atrair e fixar populações, temos que o munir de infraestruturas que proporcionem qualidade de vida,



[Handwritten signature]

bem-estar e amigas do meio ambiente. -----
Tomando como bons exemplos os vários municípios no País que implementaram uma política ativa de promoção do turismo de natureza e valorização ambiental, urge o Executivo Municipal de Santa Maria de Feira encetar políticas que procurem valorizar o seu património ambiental, promovendo uma rede de percursos pedonais de interesse ecológico no Concelho e se possível a sua interligação entre as diversas freguesias. -----

Santa Maria da Feira, olhando a sua dimensão e localização geográfica, tem todas as condições para proporcionar aos seus habitantes e visitantes este tipo de infraestruturas. -----

A criação destes percursos ajudará também na preservação do meio ambiente.-----

Assim haja vontade política da parte do executivo da Câmara Municipal.-----

Com isto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 21 de setembro de 2018, recomenda: -----

A criação de um “Mapa Municipal de Percursos Pedonais de Interesse Ecológico”, disponível aos munícipes e visitantes do Concelho nas diversas plataformas de divulgação digital e nos Postos de Turismo do Concelho.” -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou 2 moções e 1 voto de repúdio, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO: EM DEFESA DE UM SNS PÚBLICO-----

A criação do SNS, em 1979, fruto da grande alteração social que se seguiu ao 25 de Abril, veio responder a um dos anseios maiores da população portuguesa: o direito à saúde. Tratava-se inclusive do acesso básico aos cuidados curativos mais simples, até aí não assegurados à maioria da população.-----

Tratando-se de um direito, a saúde como um bem público previsto na Constituição, deve estar sob a alçada do Estado.-----

Mas sabemos que há quem não defenda um SNS público, vendo a saúde como um negócio. Vemos isso na mais recente proposta, apresentada pelo PSD, que tem dois principais objetivos: o primeiro, promover o negócio privado; o segundo, destruir o Serviço Nacional de Saúde. São, aliás, dois objetivos que andam sempre de mão dada. A direita sabe que só destruindo o SNS é que consegue aumentar o mercado do privado. -----

Se o Estado deixar de prestar cuidados de saúde, então os 8.500 milhões de euros que o



Handwritten initials and a circled 'P'.

Estado transfere para o SNS terão que ser transferidos para outra entidade, nomeadamente grupos privados que já atualmente dependem em grande parte do financiamento público.-----

A proposta agora apresentada – saída de um grupo de trabalho liderado por Luís Filipe Pereira (administrador ligado ao Banco Mello e à CUF) e que integra ainda Rui Raposo (administrador da José de Mello Saúde) – é mais uma tentativa do PSD inserida numa longa batalha contra o SNS. Basta analisar as propostas que são feitas para perceber quais os interesses que ali estão representados: -----

Primeiro, hoje é transversalmente reconhecido que o SNS necessita de mais financiamento para poder fazer mais investimento em profissionais e equipamentos. Segundo, toda a gente sabe que as PPP são um sorvedouro de dinheiro público e uma irracionalidade na gestão do erário público. São rendas para privados que sangram os recursos públicos. As PPP na Saúde já representam uma fatura anual na ordem dos 500 milhões de euros.-----

Terceiro, a perda de capacidade de resposta do SNS em determinadas áreas deveu-se ao desinvestimento no setor público e à crescente contratação de serviços a privados. Durante o anterior Governo (PSD/CDS), cortou-se mais de 1.000 milhões de euros ao orçamento anual do SNS, ao mesmo tempo que as transferências para privados (PPP, convencionados, cheques-cirurgia e outras contratualizações a hospitais privados) ascenderam a 1.300 milhões de euros. -----

Quarto, é também do conhecimento geral que a promiscuidade entre o público e o privado é dos maiores problemas do SNS. -----

A proposta de privatização do PSD não é feita para as pessoas; é feita para os grupos económicos. Para o Grupo Mello (para quem as PPP já representam quase 40% do volume de negócios), para a Luz Saúde (a quem a PPP de Loures dá mais de 20% do volume de negócios) e outros que tal. -----

Perante este ataque despudorado onde se subordina a Saúde ao Negócio, não pode haver meias-medidas. Propostas intermédias onde se mantém a possibilidade de PPP ou concessões a privados (caso da proposta do grupo coordenado por Maria de Belém Roseira) não servem. Isso é deixar a porta aberta para destruir o SNS. -----

É preciso uma proposta política que feche as portas ao negócio dentro do Serviço Nacional de Saúde, que faça com que os recursos públicos sejam investidos no nosso serviço público de saúde, que separe definitivamente o setor privado do setor público, acabando com a



[Handwritten signatures and initials]

promiscuidade que só prejudica os utentes. -----

E é preciso que os órgãos políticos representativos da vontade popular manifestem a sua posição em defesa do Serviço Nacional de Saúde, que deve ser público no seu financiamento e na sua gestão, e deve garantir cuidados universais, gerais e gratuitos.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, em defesa do direito à saúde da população feirense, só pode afirmar publicamente que rejeita qualquer tipo de gestão privada do Hospital São Sebastião, das unidades de Cuidados de Saúde Primários e de todas as unidades públicas inseridas no Serviço Nacional de Saúde. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de setembro de 2018, delibera:-----

Defender um Serviço Nacional de Saúde de gestão integralmente pública, que preste serviços universais, gerais e gratuitos;-----

Defender o Direito à Saúde por parte da população, rejeitando qualquer tipo de gestão privada dos equipamentos inseridos no SNS, ou qualquer tentativa de privatização dos mesmos.” -----

“MOÇÃO: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA LIVRE DE GLIFOSATO -----

A Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro (AIIC) da Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o glifosato como “carcinogéneo provável para o ser humano”. O glifosato é o herbicida mais utilizado no país e também no planeta. A investigação da AIIC identificou a relação entre a exposição ao herbicida e o Linfoma não-Hodgkin. Este tipo de cancro de sangue é dos que mais se registam em Portugal, com cerca de 1.700 novos casos por ano. -----

O glifosato, enquanto herbicida, tem uma utilização sistémica não seletiva. É de venda livre e fácil acesso. Em 2012, foram aplicadas 1.400 toneladas deste tipo de pesticida no país. A sua utilização efetua-se ao nível do solo para limpar os campos antes das sementes, mas também na água como desinfetante. Em Portugal, o seu uso é generalizado na agricultura e também nos serviços de autarquias. Este composto tem sido ligado a vários problemas ambientais e de saúde pública por diversos estudos científicos.-----

Em Santa Maria da Feira, durante o ano de 2015, a empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A, responsável pela recolha de resíduos sólidos e da limpeza urbana, usou no espaço público e nas vias de comunicação 838 litros, do produto da marca Montana, cuja



substancia ativa é o glifosato. -----

Na sequência desta informação, o Bloco de Esquerda apresentou uma recomendação a esta Assembleia Municipal para que se “abandonasse em definitivo a utilização de pesticidas à base de glifosato em espaços públicos”. Essa recomendação foi aprovada, mas o Executivo não deu cumprimento à mesma. -----

No entanto, este produto continua a ser usado no território de Santa Maria da Feira. Por exemplo, ainda recentemente foi utilizado na União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande e na União de Freguesias de S. Miguel de Souto e Mosteirô. Em ambos os casos, foram afixados editais alertando para o facto e aconselhando a população em geral e pessoas com animais de estimação a circular com precaução nas zonas. -----

O glifosato representa um risco para a saúde pública. É imperioso a promoção de espaços públicos sem glifosato e livres de pesticidas com o recurso a meios mecânicos, térmicos, manuais ou outros. É essencial proteger a saúde pública e o ecossistema. Nesse sentido propomos que o município de Santa Maria da Feira se declare livre de glifosato. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de setembro de 2018, delibera declarar Santa Maria da Feira município livre de glifosato.” -----

“VOTO DE REPÚDIO: ÀS PRÁTICAS DE ASSÉDIO MORAL NA EMPRESA “FERNANDO COUTO – CORTIÇAS, S.A.” -----

O assédio moral é um fenómeno que tem vindo a assumir proporções preocupantes, sobretudo num quadro de individualização e precarização das relações laborais. Podemos definir assédio como o conjunto de atos que ocorrem dentro de uma relação laboral, de natureza diversa, lícitos ou ilícitos, intimidatórios, constrangedores ou humilhantes, que atingem o trabalhador na sua integridade física e moral e na sua dignidade. -----

Foi tendo presente a dimensão deste problema, e tendo como ponto de partida vários estudos com conclusões preocupantes nesta matéria que foram aprovadas alterações legislativas, consagradas na Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, na sequência de uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, posteriormente acompanhada por outros Grupos Parlamentares, que pretendiam dar resposta ao flagelo do assédio moral nas relações laborais. -----



A empresa corticeira Fernando Couto – Cortiças, S.A., localizada na freguesia de Paços Brandão, tem levado a cabo várias práticas de assédio moral contra uma das trabalhadoras. --- Em janeiro de 2017, procedeu ao despedimento por extinção do posto de trabalho de uma trabalhadora, trabalhadora que impugnou esse mesmo despedimento. O referido despedimento veio a ser declarado ilícito pelo Tribunal da Relação do Porto que condenou a empresa a reintegrar a trabalhadora, conforme requereu no âmbito do processo. É de salientar que a trabalhadora poderia ter optado pela indemnização, cujo valor teve oportunidade de negociar com a empresa, mas quis lutar pela manutenção do seu posto de trabalho, direito que a lei lhe confere e que lhe foi reconhecido. -----

Quando regressou ao seu posto de trabalho foi sujeita a todo o tipo de humilhações e pressão, de forma reiterada, como retaliação e tendo como objetivo constrangê-la, aparentemente tendo como ensejo que, unilateralmente, a trabalhadora abdicasse do seu direito a retomar o posto de trabalho cessando o seu contrato. -----

Esta trabalhadora tem doença profissional (tendinites), é portadora de hérnia discal e lombalgias intensas, é divorciada e não auferir quaisquer outros rendimentos, tem a seu cargo um filho com doença de foro psiquiátrico, factos que são do conhecimento da entidade empregadora, contexto que agudiza a sua dependência económica em relação à empresa. -----

No elenco de humilhações referenciadas na nota de imprensa da organização sindical SOCN, encontramos: -----

- Proibição de acesso às casas de banho de outros trabalhadores e atribuição de uma casa de banho própria sem privacidade (a trabalhadora terá trazido um pano preto para não permitir visibilidade para o interior); -----
- Proibição de acesso ao estacionamento do seu veículo automóvel nas instalações da empresa, ao contrário de outros trabalhadores; -----
- Controlo do uso do papel higiénico e do tempo de permanência no wc, inclusivamente batendo à porta caso demore; -----
- Incitamento dos restantes trabalhadores a não falarem com a trabalhadora; -----
- Atribuição de funções em local sem contacto com qualquer outro colega de trabalho; -----
- Atribuição de funções penosas, contrariando as indicações da própria medicina no trabalho, como carregar e descarregar os mesmos sacos de 15 e 20 kgs, no mesmo ambiente, em temperaturas, muitas vezes, superiores a 40 e 50 graus, com sol direto, o que lhe tem



Handwritten signatures and initials

provocado constantes hemorragias; -----

- Provocações verbais constantes; -----
- Tratamento abusivo e discricionário atentatório da dignidade da pessoa humana. -----

Na prática, este conjunto de comportamentos da empresa, integram, sem margem para dúvida, o conceito de assédio moral, e deram origem a duas ações inspetivas por parte da Autoridade das Condições de Trabalho (ACT). Por outro lado, consubstanciam violações graves das regras de saúde e segurança no trabalho e, assim, de elementares direitos constitucionais e laborais.-----

O isolamento dos trabalhadores nesta situação, no quadro de uma relação marcadamente desigual, é um instrumento de fragilização dos trabalhadores que tem que ser combatido e repudiado. Estas práticas devem ser condenadas publicamente por todos aqueles que repudiam a exploração e a violência contra os trabalhadores.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária, a 21 de setembro de 2018, delibera: -----

Repudiar as ações de assédio moral levadas a cabo pela empresa Fernando Couto – Corticeira, S.A. contra uma trabalhadora.” -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS é, genericamente, favorável aos documentos em apreço. -----

Em relação ao voto de repúdio apresentado pelo Bloco de Esquerda, referiu que apesar do grupo municipal do PS ser absolutamente contra qualquer forma de assédio moral, não poderia votar favoravelmente, que se iria abster, por tratar-se de uma situação concreta sobre o qual não conhece os contornos, acrescido do facto de que o tribunal já estaria a tratar do caso. Disse serem situações que, no entender do grupo municipal do PS, ultrapassam as competências da Assembleia Municipal, reafirmando que este grupo municipal apoia qualquer iniciativa que seja presente à Assembleia contra as práticas de assédio moral desde que apresentados sob uma forma genérica e não em relação a uma situação em concreto. -----

Relativamente à recomendação do CDS-PP, da criação de um mapa municipal de percursos pedestres de interesse ecológico, disse que o grupo municipal do PS a votaria a favor por considerar importante o recomendado, acrescentando que a Câmara também fez a promessa da construção de uma ciclovia no Concelho, que não concretizou.-----



Quanto à moção sobre o uso de glifosato, referiu que esse herbicida deve ser eliminado, deve tendencialmente ser erradicado porque faz mal à saúde, frisando ser preciso encontrar alternativas ao uso do glifosato.-----

Concluindo, aludiu à moção respeitante ao Serviço Nacional de Saúde para dizer que o grupo municipal do PS não tem dúvidas que deve ser público, que deve permanecer público.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que, aludindo à moção sobre o Serviço Nacional de Saúde, disse ser por demais evidente que iria votar favoravelmente. Referiu que ocorre, há vários anos, um ataque ao Serviço Nacional de Saúde que tem sido marcado por tentativas de privatização e de ligação a parcerias público-privadas, realçando que essas têm, em Portugal, o histórico de apenas beneficiar o privado e não o público em geral, e que o caso das autoestradas é um dos muitos casos de parcerias público-privadas falhadas no que respeita ao serviço público.-----

Relativamente ao voto de repúdio disse que também o iria votar a favor, salientando que, no dia de hoje, esteve na empresa em questão e pôde assistir ao que ali ocorre, destacando que o que aquela empresa está a fazer é um ataque à classe trabalhadora, é bullying, é crime. Realçou não ser só ele quem o diz, salientando que a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), que referiu ser uma entidade plástica que se limita, muitas vezes, a levantar autos e a dar palmadinhas nas costas, já levantou dois autos dando razão à trabalhadora. Disse que, por isso, é sabido que aquela trabalhadora tem razão, que está a ser vítima de perseguição na própria empresa, e é sabido que a empresa está a tentar manobrar os outros trabalhadores para estarem contra ela, numa perspetiva de lavar a imagem da empresa quando essa já não é lavável.-----

Salientou que a trabalhadora em questão é um exemplo de força para todos os trabalhadores, ressaltando que, infelizmente, a situação que ocorre na empresa Fernando Couto – Corticeira, SA, não é caso único no Concelho. Fez notar que, muito recentemente, surgiu mais um caso de malabarismo que vai ser discutido nesta sessão, feito pela empresa Pietec – Cortiças, SA, que criou uma subempresa para, depois, conseguir despedir trabalhadores de uma forma mais ou menos legal, fazendo sobressair que também nesse aspeto se tem assistido a um retrocesso na legislação do trabalho.-----

Realçou que mesmo no funcionalismo público estão a existir ataques à classe trabalhadora,



M/A
[Handwritten signature]

dando nota que, precisamente no dia de hoje, no Hospital de Aveiro, uma trabalhadora foi apresentar-se ao trabalho e descobriu que, afinal, já ali não trabalha, que o seu contrato não foi efetivado porque a administração descobriu que aquela trabalhadora, que é enfermeira, está grávida, dispensando-a por esse motivo. Realçou que, em pleno século XXI, em Portugal, que faz parte da Europa que se diz arauto dos direitos, ainda se dispensa alguém por estar grávida. Relativamente à moção sobre o glifosato referiu que, há uns anos, os resultados de um estudo vieram mostrar que o glifosato permanece no organismo dos descendentes do ser humano por cerca de 7 gerações, e que tal situação é impensável, pelo que já há alguns países que proibiram o glifosato.-----

Disse que o glifosato não foi proibido em Portugal porque pertencia à empresa Monsanto, que entretanto foi comprada pela Bayer, havendo interesses muito fortes por trás da utilização do glifosato, dizendo ser da opinião que não só se deve tentar erradicar o glifosato como a maioria dos herbicidas, senão todos, acrescentando ser sabido que muitas das juntas de freguesia do Concelho aplicam herbicidas sem fazerem o prévio aviso à população, quando sabem os riscos a que estão a expor a população bem como os animais.-----

No que respeita à recomendação apresentada pelo CDS-PP, sobre a criação de um mapa municipal de percursos pedestres de interesse ecológico, disse ser totalmente favorável, salientando que a CDU apresentou, no seu prospeto eleitoral, algumas propostas que vão ao encontro desta pois entende que é de defender e de divulgar os percursos pedestres que o Município tem, considerando que até devem ser aumentados.-----

Concluindo, disse saber que a Câmara Municipal pretende aumentar os percursos pedestres no Concelho, nomeadamente a par do rio Cáster e também junto ao Europarque, e que nesse sentido queria deixar um alerta porque não será muito agradável divulgar percursos pedestres que circulam ao lado de esgotos a céu aberto. Frisou que, há alguns dias, o rio Cáster estava um verdadeiro esgoto a céu aberto e que situações similares vêm acontecendo na ribeira da Remolha, fazendo sobressair que não se pode tentar criar uma imagem muito bonita para o Município e, depois, esquecer aquilo que é realmente importante, designadamente a preservação do meio ambiente.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer, em relação à recomendação apresentada pelo CDS-PP sobre os percursos pedestres, que o grupo municipal



AA
S
P.

do PSD a iria votar favoravelmente porque a mesma é apenas a continuação daquilo que a Câmara tem feito e que se propõe fazer no futuro, estando em linha com as práticas e a intenção de ação da Câmara Municipal. -----

Quanto ao voto de repúdio às práticas de assédio moral da empresa Fernando Couto – Cortiças, SA, deu nota que o grupo municipal do PSD iria votar contra porque, apesar de ser, por princípio, contra todo o tipo de assédio moral, não sabe exatamente o que se passa no caso em concreto e entende não dever imiscuir-se numa questão que deve ser dirimida nos lugares próprios. Referiu que a única coisa que viu, numa reportagem na televisão, foi uma trabalhadora a invocar as suas razões e os restantes 23 a manifestarem uma posição contra ela, ressaltando que os tribunais e a Autoridade para as Condições do Trabalho existem para exercer as suas funções. -----

Sobre a moção respeitante ao Serviço Nacional de Saúde, frisou que o grupo municipal do PSD sempre foi muito claro ao dizer que quer um bom serviço público de saúde, seja ele totalmente público ou através de parcerias público-privadas. Sublinhou que, para o PSD, o que interessa é que o serviço de saúde seja prestado da melhor forma possível a qualquer utente, pelo que, por essa razão, iria votar contra essa moção. -----

Em relação à questão do glifosato disse que os membros do grupo municipal do PSD não têm conhecimentos técnicos nem se sentem à-vontade para votar favoravelmente essa moção, pelo que iria manter a posição adotada aquando da discussão do assunto em anteriores sessões, ou seja, votar contra. -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para uma segunda ronda de intervenções, ainda no âmbito dos documentos em apreço. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, mais uma vez, a CDU está em desacordo com o PSD, nomeadamente e particularmente no que respeita ao voto de repúdio relativamente à empresa Fernando Couto – Cortiças, SA, lançando o repto a todos os membros desta Assembleia no sentido de votarem favoravelmente o voto de repúdio. Disse que a trabalhadora em questão não é caso único no Município, que há muitos trabalhadores que não denunciam o seu caso porque têm medo de o fazer pois, como é sabido, a correlação



de forças que existe entre os trabalhadores e o patronato é muito desigual, realçando que, infelizmente, o patronato está com muito mais força do que os trabalhadores.-----

Reafirmou que a ACT é uma entidade plástica, que dá muitas palmadinhas nas costas, que não se vê a atuar como deveria atuar, mas que deu razão à trabalhadora, tal como o tribunal tem dado razão à trabalhadora, ressaltando que tal não aconteceria caso a trabalhadora não tivesse razão. Frisou que a trabalhadora está a ser vítima de perseguição, nomeadamente de ataques à sua vida familiar, com insinuações falsas até sobre a saúde do seu filho, ressaltando que isso é lamentável e que também incorre em crime.-----

Disse ser da opinião que os membros desta Assembleia Municipal, como agentes políticos que são, devem lutar pelos direitos e pela igualdade e, principalmente, pelos seus munícipes, pelo que entende que deveria ser dado um voto de força aos trabalhadores que denunciam estas situações e que, depois, são eles próprios vítimas de perseguição, concluindo por deixar este repto à Assembleia.-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer ter ficado satisfeito por o PSD acompanhar a recomendação que apresentou, no sentido de ser criado um mapa municipal de percursos pedestres de interesse ecológico, dizendo esperar que, se a Câmara está tão empenhada neste projeto, então que o concretize e este não seja mais uma proposta de intenções.-----

Salientou que o Município é muito vasto e com bastantes potencialidades, realçando que haver um mapa ao serviço da população, com as respetivas infraestruturas sinalizadas, pode ser um dos requisitos que faça com que as pessoas optem pelo município de Santa Maria da Feira quando, por exemplo, pretendem fazer investimentos.-----

Em relação às propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda referiu, quanto à questão do glifosato, que o CDS-PP acompanha essa moção porque também se tem vindo a bater pela eliminação do glifosato. Sobre essa matéria disse querer deixar um alerta no sentido das pessoas terem cuidado com aquilo que afirmam em assembleia de freguesia, para que não se diga que não se aplica tal substância nessa freguesia e, depois, se venha a constatar que é aplicado.-----

No respeitante ao voto de repúdio referiu que não o iria acompanhar, não porque o CDS-PP não esteja solidário ou porque concorde que haja algum tipo de atropelo aos trabalhadores,



mas sim porque considera que há órgãos institucionais para tratar destes assuntos e que a Assembleia Municipal não é um deles. -----

Sobre o Serviço Nacional de Saúde disse querer lembrar ao Bloco de Esquerda que o mesmo está, há dois anos, a suportar um governo que faz cativações em várias áreas e serviços, acrescentando que o CDS-PP estará disponível para acompanhar uma moção, recomendação ou proposta do Bloco de Esquerda quando este vier, perante esta Assembleia Municipal, denunciar as cativações que têm sido feitas em vários serviços, entre os quais o Serviço Nacional de Saúde, em especial no serviço de oncologia. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse querer dar uma nota de preocupação quanto à questão da funcionária que alegadamente estaria a ser vítima de assédio moral, bem como uma nota em relação ao setor da cortiça do Concelho. -----

Referiu que o setor da cortiça tem feito uma evolução notável em termos salariais e de condições de trabalho, sendo, nos dias de hoje, um setor de excelência, que todos os dias luta pela excelência, salientando que esse setor foi o primeiro a ter um salário igual para homens e mulheres e que o salário mínimo no setor da cortiça está muito acima do salário mínimo nacional. Destacou, ainda, que os industriais da cortiça estão empenhadíssimos em transformar a cortiça num produto de excelência, e que estão a conquistar essa vitória, realçando que o que se está a passar na empresa Fernando Couto – Cortiças, SA não é bom para o setor, para a empregabilidade no setor e para a boa imagem internacional que o setor tem. -----

Realçou que Portugal é uma República onde o princípio fundamental é o da separação de poderes, pelo que não entende como é que há pessoas que se dizem democráticas e, depois, queiram tomar partido por uma das partes e condicionar as entidades que se devem pronunciar e que têm competências para tal, como são os tribunais e a ACT. Disse que isso é populismo, que foi isso que aconteceu na Venezuela, levando a Venezuela ao estado em que está atualmente. -----

Concluindo, disse que as instituições e as entidades competentes, como os tribunais, devem ser respeitadas, salientando achar que não é justo nem correto a Assembleia tomar partido em algo que não lhe diz respeito, comentando que aquilo que se vê nas redes sociais pode não corresponder exatamente ao que se passa. -----



AJA
D
E

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Moção “Em defesa de um SNS público”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos a favor (PS: 13, BE: 2, CDU: 1) e 29 votos contra (PSD: 28, CDS-PP: 1), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção “Município de Santa Maria da Feira livre de glifosato”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos a favor (PS: 10, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), 29 votos contra (PSD: 28, PS: 1 – Francisco Andrade) e 2 abstenções (PS – Valdemar Silva e Jéssica Sousa), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de repúdio “Às práticas de assédio moral na empresa “Fernando Couto – Cortiças, S.A.”, apresentada pelo BE:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (BE: 2, CDU: 1, PS: 1 – Valdemar Silva), 29 votos contra (PSD: 28, PS: 1 – Rui Rios) e 12 abstenções (PS: 11, CDS-PP: 1), rejeitar o voto de repúdio em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação “Criação de um Mapa Municipal de Percursos Pedestres de Interesse Ecológico”, apresentada pelo CDS-PP:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD: 28, PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra à deputada municipal Salomé Ventura. -----



M/
Q

Entraram os membros Eduardo Rocha, Ana Lamas Barros e António Valdemar Ribeiro. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por aludir a uma obra de pavimentação que está a decorrer na Rua Domingos Oliveira Santos, em Caldas de São Jorge, para questionar à Câmara se tem conhecimento de que, em certas partes do troço, há situações onde a cota do asfalto ultrapassa a cota do passeio. Questionou ainda qual a razão para a Câmara, com tal obra, não ter decidido resolver um problema básico de acessibilidade naquela rua, comentando que nela não é possível circular no passeio com uma cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé, ou simplesmente uma pessoa caminhar ao lado de outra.-----

Referiu que outra questão que queria colocar à Câmara é se já concorreu a algum concurso para a esterilização de animais e, se sim, a quantos e a quais.-----

Perguntou também à Câmara o que já foi feito em relação ao processo de adesão do Município ao projeto “A Minha Rua”, recordando que tal recomendação foi aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 29/06/2018.-----

Questionou ainda o que foi feito em relação à recomendação para implementação, no Município, da tarifa social na recolha de resíduos sólidos urbanos, que também foi aprovada pela Assembleia Municipal na mesma sessão.-----

Concluindo a sua intervenção questionou à Câmara se sabe, em relação ao acidente ocorrido no passado dia 21 de julho, em Fiães, no Largo de São Domingos, nas obras de demolição da Casa do Canastro e do qual resultou uma vítima mortal, se se tratou de um acidente de viação ou de um acidente de trabalho. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) para questionar a Câmara Municipal sobre a política de bem-estar animal. Referiu que os munícipes têm-se pronunciado e que o assunto tem sido discutido nesta Assembleia Municipal com alguma frequência, salientando que aquilo que se vê é uma total ausência de política de bem-estar animal no Concelho. -----

Referiu que aparentemente o problema vai agravar-se porque, segundo as recentes notícias, a Aanifeira, que disse ser a associação que tem feito bastante pelos animais, parece estar com alguns problemas de organização e de funcionamento, comentando que se até aqui essa associação ia assegurando alguma coisa nessa área, agora o Concelho vai passar a ter coisa nenhuma. -----



149
S
P

Salientou que a Câmara tem a obrigação legal de tratar desta matéria, de dar resposta ao problema, realçando que não chega o Sr. Presidente da Câmara enumerar as tarefas do veterinário municipal porque isso é o mesmo que nada, só serve para dar alguma resposta. -----
Concluindo, disse pretender uma resposta concreta da Câmara no que respeita à política de bem-estar animal no Concelho, que responda aos anseios dos munícipes. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para colocar algumas questões à Câmara, começando por aludir a uma obra a decorrer na Rua Armando Pinto Assunção, em Fornos, dizendo que a mesma esteve parada imenso tempo, que os moradores estiveram, durante largas semanas, sem poder entrar em casa com as viaturas porque as guias eram demasiado altas, comentando ser um processo que se arrasta vai para 6 anos. Referiu ainda se estar à espera da construção de uma rotunda, no final dessa rua com a EN 109.4, dizendo saber que moradores já cederam terreno para a mesma mas que a rotunda ainda não foi executada. Disse que já houve dinheiro para a rotunda e que, agora, parece já não haver, acrescentando que naquele local o piso é irregular, que existem lombas e que não há sinalização, solicitando esclarecimentos sobre essa situação. -----

Passando para outra questão, disse que estava previsto arrancar, em 2018, as obras na escola secundária de Fiães, questionando o porquê de ainda não se terem iniciado. -----

Realçou que também eram para ter arrancado as obras em vários bairros sociais mas que, pelo que sabe, não arrancaram. -----

Questionou, de seguida, se a empresa Amy's Kitchen vem, ou não, para Santa Maria da Feira, comentando que tem havido alguns boatos e que gostava de saber a resposta concreta a essa questão. -----

Salientou que, no presente mandato, tanto a CDU como o CDS-PP apresentaram à Assembleia propostas relativamente a apoios a dar aos bombeiros e que, nessas ocasiões, o grupo municipal do PSD referiu que a Câmara estava a preparar uma bateria de apoios para os bombeiros e que, por isso, votava contra essas propostas. Disse que o grupo municipal do PSD até alegou que algumas das medidas propostas pela CDU não eram legais, realçando, sobre isso, que a verdade é que outros municípios aprovaram e implementaram essas propostas, inclusivamente o município vizinho de São João da Madeira. Questionou à Câmara qual o ponto de situação dessa bateria de apoios a conceder aos bombeiros do Concelho. -----



Prosseguindo, referiu que a partir do corrente mês passou a ser proibido abater animais, algo que já devia ser proibido há muito tempo. Disse saber as dificuldades que as câmaras municipais têm em gerir a fauna que existe nas suas ruas, saber que o canil intermunicipal está sobrelotado, saber que as associações do Município também estão em dificuldades e que não conseguem fazer mais do que aquilo que estão a fazer, saber que o Município queixa-se e tem razões para o fazer, mas que também não tem visto nada ser feito por parte do Município para contrariar essa situação. Realçou que a CDU já apresentou algumas propostas a respeito dessa matéria, como fazer parcerias com clínicas veterinárias, fazer campanhas de adoção, entre outras, comentando que, pelo que se tenha apercebido, tal nunca ocorreu no Município. -----

Salientou que outra questão é relativamente ao parque infantil junto às Termas de Caldas de S. Jorge, fazendo notar que a CDU apresentou um requerimento no seguimento de um vídeo que viu nas redes sociais, em que estavam a realizar-se obras naquele parque infantil enquanto as crianças brincavam no próprio parque. Informou que a Câmara respondeu a esse requerimento de uma forma muito sucinta, dizendo que tal não aconteceu, mas que a verdade é que no vídeo se vê os trabalhadores a realizarem os trabalhos com as crianças a brincar na infraestrutura, solicitando um maior esclarecimento sobre essa situação. -----

Referiu que a última questão que queria colocar está relacionada com as descargas que têm ocorrido, que são de lamentar, e sobre as quais não vê a Câmara tomar uma posição firme. Disse que a CDU tomou conhecimento que, num sábado deste mês, ocorreu o entupimento de uma infraestrutura que, depois, rebentou, vazou e foi parar ao Rio Cáster, acrescentando que, na passada terça-feira, a mesma infraestrutura estava novamente a verter, que era um esgoto a céu aberto que corria para o rio. Salientou que a Câmara tem o dever moral de intervir, tem o dever moral de criticar a empresa que faz a gestão dessa infraestrutura e de exigir à mesma que resolva este tipo de situações, que devem ser evitadas ao máximo. Concluindo, frisou que se a empresa gestora dessas infraestruturas não tem capacidade para cumprir aquilo que aceitou fazer, então que deve devolver o serviço à esfera pública. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que a mobilidade é um tema que, felizmente, está na moda e começa a ser incluído na ordem do dia para discussão, ressaltando que, para não fugir à regra, iria colocar algumas questões à Câmara no âmbito dessa matéria. -----



19
P.

Questionou qual o ponto da situação em relação à requalificação da Linha do Vouga, se há alguma novidade, perguntando se terão de ser as freguesias a assinar um protocolo com vista à manutenção da Linha, tal como já acontece em Arrifana. -----

Em relação à Central de Transportes disse que, por muito que se fale desse assunto, tal projeto nunca sai do sítio, questionando se a Câmara tem, ou não, perspetivas de o construir. -----

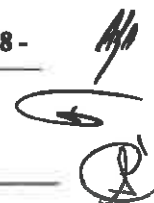
Quanto às ciclovias e no âmbito do programa Portugal Ciclável 2030, questionou qual a posição da Câmara relativamente a essa situação. -----

De seguida, questionou qual o ponto da situação em relação à aquisição dos terrenos na envolvente do Castro de Romariz, comentando que foi apregoado que a Câmara ia começar a comprá-los para que a zona envolvente do Castro passe a ser propriedade do Município. -----

Para terminar, disse que o CDS-PP visitou o complexo desportivo de São João de Ver e verificou que aquele espaço necessita de um relvado sintético com urgência. Disse que ali existe um relvado sintético porque foi reaproveitado um que saiu do complexo do Clube Desportivo Feirense, apesar do desgaste apresentado, questionando qual o ponto da situação em relação a essa questão, se a Câmara tem intenções de, pelo menos, construir a caixa para ali se poder colocar um relvado sintético. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Duarte* (PS) que começou por dizer querer colocar uma questão relacionada com o que se tem verificado na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, na cidade de Santa Maria da Feira. Referiu que aquela avenida, todos os sábados e domingos, ao longo do período da manhã, é ocupada por dezenas de autocarros, que estacionam em 2.ª fila, pondo em causa a segurança dos feirenses e, por outro lado, pondo em causa a imagem da cidade. Disse ser urgente atuar nesta questão, pelo que o grupo municipal do PS questiona à Câmara para quando o Centro Coordenador de Transportes, ressaltando que este, a ser uma realidade, viria resolver esta e outras questões. -----

Referiu que outra questão tem a ver com a situação do acesso à Escola EB 2,3 Fernando Pessoa, que já foi falada numa anterior sessão desta Assembleia. Salientou que, no período da manhã, continua a ser um problema aceder a essa rua, realçando que esse problema é causado pela rotunda que ali existe e que põe em causa a circulação e o acesso à escola. Questionou se a Câmara já pensou em alguma solução para esta questão. -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começando pelas questões colocadas pela deputada municipal Salomé Ventura, explicou, em relação à questão das cotas na Rua Domingos Oliveira Santos, que essa obra ainda não está concluída e que tais situações ainda vão ser resolvidas.-----

Sobre os problemas de mobilidade nessa rua disse que a intervenção que está a ser feita é no pavimento, que julga não haver interferência nos passeios, realçando que os passeios que existem são os que já existiam. Disse concordar que existe ali uma zona que tem umas árvores que deviam ser retiradas, mas que tal não está previsto na empreitada em curso.-----

Quanto à questão da esterilização de animais disse que, no Município, está a ser feita a esterilização, que no canil intermunicipal todos os animais são esterilizados, fazendo notar que, inclusivamente, foi contratada uma médica veterinária, a expensas dos municípios que fazem parte da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM), para fazer esse trabalho.-----

Relativamente ao projeto "A Minha Rua" disse não ser recordar exatamente a que o mesmo se refere.-----

Sobre o acidente na obra da Casa do Canastro, em Fiães, deu nota que a informação dada pela GNR é de que o mesmo foi considerado um acidente de viação.-----

Em relação às questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino disse, no que respeita aos problemas que estão a acontecer na associação Aanifeira, que serão algumas quezílias ao nível dos órgãos sociais e que espera que sejam resolvidas a muito curto prazo. Realçou que, na sua opinião, as questões das associações têm de ser resolvidas internamente, pelos próprios associados, e que não se deve trazer tais zangas para a praça pública porque, no caso da Aanifeira, pode até vir a condicionar os beneméritos que a ajudam, ressaltando que, entretanto, a associação continua a funcionar.-----

Sobre a política concelhia relativa ao bem-estar animal disse que, naturalmente, vai no sentido de prestar o máximo de comodidade e conforto aos animais, salientando que, ao nível da AMTSM, existe uma política de bem-estar, uma política intensa de adoções, uma política intensa de castrações, uma política intensa de vacinação bem como de colocação de chips nos animais.-----

Deu ainda nota que o Município está com o projeto para a construção de um novo centro veterinário municipal, informando que o mesmo servirá apenas para a recolha temporária dos



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

animais porque a intenção é manter o trabalho intermunicipal que, nesta área, tem sido bem feito. -----

Salientou que toda a sociedade enfrenta o novo desafio de não abater animais, reafirmando que o Município também tem que o enfrentar e, para tal, a política que tem é exatamente a que explicou, ou seja, praticar a castração, a esterilização e promover a adoção dos animais. ---

Referiu que vai ser um processo muito complicado e que só daqui a alguns anos é que se verão os efeitos práticos dessa política, frisando que a mesma passa por lutar pelo bem-estar animal em todas as situações, por incentivar as pessoas à adoção através de campanhas permanentes, e também pela educação das pessoas para que não adquiram animais quando não têm condições para o fazer, para que os mesmos não sejam, depois, abandonados. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira, salientando, quanto à obra na Rua Armando Pinto Assunção, em Fornos, que a mesma está concluída, acrescentando que a parte da rotunda foi separada dessa obra porque, na altura, havia ali algumas dificuldades no licenciamento, informando que, entretanto, o projeto da rotunda já foi aprovado pela Infraestruturas de Portugal e que a construção da mesma vai avançar. -----

Sobre as obras na escola secundária de Fiães disse que as mesmas irão arrancar em breve, dando nota que o empreiteiro inclusivamente já andou a pedir preços a subempreiteiros. -----

Em relação às obras em algumas habitações sociais disse que, de igual modo, irão arrancar muito em breve. -----

Relativamente à Amy's Kitchen realçou que o que podia informar era aquilo que já informou em anteriores ocasiões, ou seja, que o diretor executivo e o diretor financeiro daquela empresa, numa visita ao Concelho realizada em maio passado, informaram que a empresa mantém o interesse em investir em Santa Maria da Feira mas que está a reformular o investimento e o mercado destino da produção, tencionando retomar o processo em meados do próximo ano. Disse admitir que em maio ou junho de 2019 a Amy's Kitchen retome o processo, recordando que a empresa comprou 80.000 m² de terreno no Concelho, tem um escritório no edifício do Feirapark, e que agora é preciso aguardar para ver se a empresa vai, ou não, manter o investimento em Santa Maria da Feira. -----

Sobre a questão dos benefícios sociais aos bombeiros, fez notar que o vereador da Proteção Civil está a trabalhar nessa matéria, que está a ser preparado esse pacote de acordo com o que



estava combinado.-----

Quanto à questão sobre o bem-estar animal disse já ter dado os devidos esclarecimentos sobre esse assunto. -----

Em relação ao parque infantil nas Caldas de São Jorge disse que, pela informação que tem, algumas das notícias que foram publicadas nas redes sociais não são verdadeiras. Fez notar que a preocupação da Câmara foi retirar do parque alguns equipamentos que apresentavam sinais de degradação e sem condições de segurança, com a intenção de os substituir, acrescentando que foi uma ação preventiva que muita gente não percebeu, tendo havido quem aproveitasse a situação para causar algum alarmismo social. Salientou que a Câmara não é doida, que quis agir preventivamente antes que acontecesse ali algum acidente, ressaltando que, apesar da contestação, considera que a Câmara agiu corretamente. -----

Relativamente à questão da obstrução de um coletor de saneamento fez sobressair que a rede de saneamento é uma infraestrutura onde, por vezes, acontecem tais incidentes, comentando que as pessoas não fazem ideia do que é lançado nos esgotos e que, depois, causam os entupimentos. Disse que o Município tem cerca de 1.000 km de rede de saneamento e que é impossível que situações do género não voltem a acontecer, ressaltando que, quando acontecem, é preciso atuar de imediato e que foi isso que foi feito.-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos disse, no que concerne à questão da requalificação da Linha do Vouga, que essa é uma luta permanente da Câmara e que vai continuar, realçando que, no próximo mês de novembro, a Linha do Vouga completa 110 anos e a Câmara vai aproveitar para fazer uma ação muito intensa a esse respeito. Fez notar que o Sr. Presidente da Infraestruturas de Portugal já foi convidado para estar presente nas comemorações desse aniversário e que essa ocasião vai ser aproveitada para demonstrar, uma vez mais, a importância da requalificação da Linha do Vouga. Informou ainda que a Área Metropolitana do Porto contratou um estudo à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o qual deverá ficar pronto por volta do próximo mês de dezembro, e que tal estudo será mais uma ferramenta argumentativa para reivindicar a intervenção nessa infraestrutura que é tão importante para o território.-----

Quanto à Central de Transportes disse ser intenção da Câmara construí-la, fazendo notar que a Câmara está a trabalhar nesse sentido. -----

Sobre as ciclovias e o programa Portugal 2030 realçou que tais notícias são daquelas que



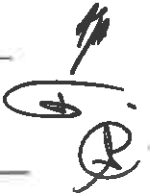
ficam muito bem aos ministros e aos governos em funções, ressaltando que ainda faltam 12 anos para 2030 e que nessa altura se verá quantas ciclovias estarão feitas através desse programa. Sublinhou que quem tem construído as ciclovias que existem no País são os municípios, e não o governo, mas que fica sempre bem ao governo dizer que faz.-----

Em relação aos terrenos da envolvente do Castro de Romariz informou que a Câmara está em negociações com os proprietários, que já comprou pelo menos um, destacando que é preciso haver prudência e não comprar os terrenos a qualquer preço.-----

Quanto à construção de um campo sintético no complexo desportivo de São João de Ver, disse que a Câmara apoiou no campo sintético existente e que apoia no campo relvado natural, dizendo ser um assunto a analisar junto com o respetivo clube.-----

Relativamente às questões colocadas pela deputada municipal Lúcia Duarte referiu, quanto à questão da ocupação da Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro aos fins de semana, presumir que a Lúcia Duarte se estava a referir aos autocarros que fazem ali paragem de passageiros e que tanto beneficia o comércio local, comentando que se se retirar os autocarros dali muitos daqueles cafés vão ter de fechar. Salientou que aquela avenida tem alguma capacidade de carga, com 4 faixas de rodagem, e que mesmo a rua confluyente, a Rua Dr. Crispim Borges de Castro, que vai para o hipermercado Pingo Doce, também tem 4 faixas de rodagem, pelo que existe essa capacidade naquela zona. Disse considerar que as referidas paragens dos autocarros não são críticas para o trânsito naquela zona e, para além disso, causam um incremento muito forte no comércio local, frisando que Santa Maria da Feira é uma terra muito apreciada pelos que nela passam.-----

No que concerne ao acesso à escola EB 2,3 Fernando Pessoa, disse julgar que não é a rotunda ali existente que coloca problemas mas sim o facto de os pais quererem deixar os filhos à porta da escola, causando o entupimento da via, comentando não ser possível ter ali umas centenas de carros quase em simultâneo. Salientou que terá de ser feito algum trabalho cívico para que os pais percebam que não custa nada deixar o filho a 100 ou 200 metros da entrada da escola, até porque existe um bom passeio e uma boa zona de paragem naquele local. Concluindo disse que, de qualquer forma, o vereador responsável pela área dos transportes e da mobilidade está atento ao problema e será encontrada uma solução para minimizar o mesmo.-----



Entrou o membro *António Topa*.-----

Saiu o membro *Luis André Santos*.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 10.824, em 17 de setembro de 2018 – que se faz acompanhar pelo IV Relatório de 2018 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, de seguida, a apreciação.-----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Neste ponto, é evidente para o Bloco de Esquerda que as prioridades deste executivo continuam trocadas, certamente não por lapso, mas por opções ideológicas.-----

Continuamos a assistir a uma má aplicação do dinheiro. Gastos de 500 mil euros em serviços de consultoria, o que compara com apenas 376 mil euros na urgente e necessária reabilitação de dois bairros sociais, continuando a faltar inúmeras verbas para outros bairros e suas envolventes. Em quantos não encontramos edifícios degradados e um abandono dos espaços de lazer adjacentes? Em muitos. Em muitos também encontramos casas vazias, por atribuir, por falta de manutenção e falta de obras por parte da Câmara Municipal.-----

A Câmara deve explicar: por que razão continua a gastar centenas de milhares de euros em serviços de consultoria? Quando o arranque efetivo e a disponibilização de verbas para a reabilitação de todos os bairros sociais do concelho?-----

Outra dúvida que o documento suscita é um valor de 20 mil euros, justificado como Serviços de Apoio Jurídico à EDP, pelo que gostaríamos de solicitar ao Sr. Presidente um esclarecimento sobre estes pontos aqui enunciados.”-----



Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) para colocar uma questão relacionada com a situação dos gastos da Câmara em consultorias. Questionou se, com essas verbas gastas anualmente, não seria possível a Câmara ter um gabinete preparado para responder aos munícipes e às necessidades do Concelho, em vez de estar permanentemente a contratar empresas externas. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos. Referiu que o membro Pedro Ferreira falou numa verba de 500 mil euros para consultoria, mas que não conseguiu identificar a mesma, questionando-lhe a que se estava a referir, ao que o membro *Pedro Ferreira* disse estar a referir-se às verbas, em números redondos, de 183.000 €, de 200.000 €, de 40.500 € e uma outra de 30.500 €, que constam como sendo para consultoria e que estão relacionadas com a área da educação. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Câmara* pediu à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, Cristina Tenreiro, para explicar essa questão. -----

Interveio a Sr.^a Vereadora *Cristina Tenreiro* que explicou que as verbas em questão dizem respeito à implementação do projeto “EDUFEIRA – Inovamos para o sucesso”, informando tratar-se de uma candidatura financiada. Referiu que tais verbas não são apenas para a consultoria, mas sim para todo o programa e para um período de 3 anos, fazendo notar estarem relacionadas com um conjunto de ações de promoção do sucesso escolar, como a hora da programação, a hora das ciências, a implementação do uso dos tablets nas escolas, entre muitas outras iniciativas que fazem parte do referido projeto. -----

De seguida o *Sr. Presidente da Câmara*, sobre a verba de 20 mil euros para “serviços de apoio jurídico – EDP”, informou que a mesma está relacionada com uma ação que a Câmara instaurou contra a EDP porque entende que essa entidade tem que devolver algum dinheiro de rendas à Câmara, que não estão a ser pagas à autarquia. -----

Disse haver um gabinete jurídico especializado nesta matéria, o qual já defendeu, com sucesso, outros municípios em casos similares contra a EDP, acrescentando que a Câmara entendeu contratar esse gabinete pela experiência que tem nessa matéria muito específica. Referiu que a Câmara poderá receber da EDP umas centenas de milhares de euros e, após



[Handwritten signature and initials]

consultar esse gabinete, decidiu instaurar uma ação contra a EDP. -----

Deu nota que, por vezes, incorre-se no pensamento simplista de que o advogado da Câmara sabe tudo mas que, hoje em dia, o direito é tão vasto e tão diversificado que é quase impossível uma Câmara ter especialistas em todas as matérias, pelo que, em certas circunstâncias, é preferível contratar externamente. -----

Salientou que, muitas vezes, a entidade externa traz o conhecimento que internamente não existe, reafirmando que o direito atual e as suas múltiplas armadilhas exigem, por vezes, o recurso à contratação externa, de um modo muito ponderado e sempre na defesa dos interesses dos munícipes e do município de Santa Maria da Feira.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

Reentrou o membro António Valdemar Ribeiro. -----

Saíram os membros Carlos Seixas, José Castro, António Santos e Armando Teixeira.-----

2 – Proposta de Redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Santa Maria da Feira -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de setembro de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Acompanha a referida deliberação o processo em epígrafe – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e os benefícios fiscais que têm sido dados por muitos concelhos e por muitas



idades do País é fundamental para a reabilitação do património degradado dos centros das cidades, dizendo comungar da opinião do Sr. Presidente da Câmara nesse aspeto. -----

Referiu que a primeira fórmula respeitante às ARU não resultou, que apesar das virtualidades não despertou interesse, dizendo também ser da opinião que é preciso haver mais divulgação, não só direcionada aos particulares como também aos investidores institucionais, ressaltando que os municípios do Porto e de Lisboa são bons exemplos disso, ou seja, da reabilitação urbana ser feita tanto pelos investidores particulares como institucionais. -----

Salientou que é preciso haver um canal de comunicação e, de alguma forma, incentivar a reabilitação urbana, comentando que, eventualmente, pode ser criado um serviço onde as pessoas possam receber uma explicação célere e a informação adequada relativamente ao assunto. Disse haver pessoas que têm casas a cair e que podem ser reabilitadas para, depois, serem rentabilizadas no mercado do arrendamento, ou até vendidas, mas que parece que essas pessoas resistem, talvez por desconhecimento, reafirmando a necessidade de haver um canal de comunicação direto às pessoas que têm esses imóveis bem como aos investidores institucionais. -----

Referiu que ele próprio, devido à sua profissão, lida com algumas dessas pessoas e acaba por informar-lhes da existência das ARU em Santa Maria da Feira, comentando que algumas ficam admiradas e logo lhe pedem o documento onde as ARU do Concelho estão definidas. ---

Sublinhou ser um instrumento muito importante que se deve fazer chegar às pessoas para que estas comecem as obras em grande parte das freguesias, comentando que na cidade de Santa Maria da Feira ainda se vê alguma coisa a esse respeito mas que, nas restantes freguesias, tal não se vê. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino disse que é preciso reabilitar os centros das freguesias do Concelho e que, sendo o projeto das ARU o melhor instrumento encontrado para o efeito, considera o Partido Socialista que se deve apostar nele e melhorar os contactos com os particulares e com quem investe no setor imobiliário. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que baseou a sua intervenção em documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Relativamente a este tema dizer, em primeiro lugar, que a informação que é apresentada aos



grupos municipais é insuficiente para uma análise completa e rigorosa da proposta. Para além da informação apresentada seria fundamental que tivesse sido facultado o levantamento que originou esta proposta de redelimitação. A memória descritiva e justificativa apresentada não refere, por exemplo, o número e o tipo de fogos abrangidos nesta proposta de redelimitação. -- Isso seria importante para perceber quantos fogos estariam abrangidos, por exemplo, pelo programa Reabilitar para Arrendar. Por isso, gostaríamos de deixar a nota de que a informação apresentada não é, no nosso entender, suficiente.-----

Em segundo lugar, dizer que por princípio somos a favor da reabilitação urbana. Santa Maria da Feira, à semelhança de muitos outros municípios, possui edifícios degradados, uns devolutos, outros não, com necessidade de intervenção. Mas esta proposta de redelimitação das áreas de reabilitação urbana tem a ver também com a rede de espaços públicos, espaços esses que ao seu estado de degradação se juntam problemas que são o resultado da falta de planeamento por parte do município. -----

Percebemos que esta proposta tem mais a ver com a reabilitação do espaço público do que a reabilitação do edificado privado, e que vem no sentido de corrigir erros urbanísticos de obras licenciadas, e muitas delas realizadas pelo município. Com isto não queremos dizer que não somos a favor da reabilitação do espaço público. O Bloco de Esquerda é inteiramente a favor de uma rede de espaços públicos de qualidade ao serviço dos feirenses. Temos vindo a denunciar, inclusive, várias situações de degradação e erros em questão como as acessibilidades. -----

Mas voltando à proposta propriamente dita. Há áreas de reabilitação urbana que não se entendem, como por exemplo a área do Europarque, onde grande parte da área selecionada abrange a zona industrial do FeiraPark, que como se afirma na memória descritiva, se encontra ao abandono. A proposta servirá para requalificar as infraestruturas de uma zona industrial que na verdade praticamente se encontra ao abandono e sem empresas a funcionar nesta zona industrial?-----

ARU da SuilPark e envolvente: não se percebe a definição desta ARU, que abrange praticamente apenas um pequeno troço da EN1. -----

Porto Carvoeiro: obviamente que aqui não questionamos a pertinência de estar incluído numa área de reabilitação urbana. É um núcleo bastante interessante, fazendo parte da rede das Aldeias de Portugal. -----



Na memória descritiva apresentada é afirmado que um dos objetivos, e passo a citar: é garantir a coerência tipológica do edificado e da linguagem arquitetónica em presença, focando a intervenção no núcleo ribeirinho. Até aqui estamos de acordo. Mas quando analisamos as intervenções feitas nesta área ao longo dos últimos anos questionamos: que política do executivo que licencia projetos que implicam a demolição de edificado existente neste mesmo núcleo ribeirinho? Onde está a garantia da coerência e a preservação do património existente. -----

É, quer pela informação insuficiente, quer pelo facto de não concordarmos com os critérios da definição de algumas ARU, que o Bloco de Esquerda não acompanhará a proposta aqui apresentada.”-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por referir que considera importante que as freguesias se envolvam na dinamização do programa, explicando aos centros populacionais das freguesias as vantagens do programa, acrescentando que, eventualmente, terá sido essa a grande brecha no anterior programa de 3 anos, em que muita gente não terá sabido que havia esse programa e que podia aproveitar esses fundos para fazer reabilitação urbana. -----

Disse esperar que haja uma maior envolvência das freguesias e da sociedade civil, e que a Câmara consiga dar resposta a todas as necessidades nesta área, frisando que o concelho de Santa Maria da Feira tem algumas áreas muito degradadas que precisam ser reabilitadas pelo que o programa em questão pode ser uma mais-valia para o Concelho. -----

Interveio a deputada municipal *Eva Costa* (PSD) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Esta proposta de redefinição dos limites das Áreas de Reabilitação Urbana de Santa Maria da Feira, as ARU, é uma mais-valia para o Concelho. -----

De facto, as ARU trazem benefícios para os promotores, para os proprietários de imóveis, e para a sociedade de um modo em geral ao incentivar a requalificação dos núcleos urbanos. ---

Por esses motivos, a redefinição alargada das ARU, válida por mais 3 anos, representa um benefício indiscutível, devendo o município promover uma maior divulgação pelas Juntas de Freguesia.-----



Sp
B.

Efetivamente, a adesão às ARU não tem sido aquela que o executivo gostaria que fosse. Será por falta de “Programação”? Lembro que houve a sessão de esclarecimento na Biblioteca Municipal e as sugestões que daí advieram foram todas tidas em conta. -----
Lembro ainda que, é da nossa responsabilidade, de forma individual ou coletiva, darmos o nosso contributo para o engrandecimento do nosso concelho, quer por atos, quer por palavras! Portanto, felicito o executivo que trabalha de forma empenhada e responsável com Todos e para Todos!” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos. -----
Referiu que, de uma maneira geral, os grupos municipais mostraram concordar com a solução das ARU, comentando que o próprio Bloco de Esquerda disse considerar a proposta positiva mas que não concordava com uma ou outra delimitação, e que por isso votava contra. Disse respeitar essa posição do Bloco de Esquerda, fazendo notar que o trabalho da definição das ARU é muito técnico, que envolve muitas horas de trabalho para encontrar as melhores soluções e muitas conversas com as juntas de freguesia e que existem regras para criar as ARU, pelo que não é como se quer, realçando considerar a proposta apresentada, de uma maneira geral, positiva. -----

Salientou concordar que, provavelmente, o programa não chegou às pessoas como sendo uma boa hipótese de terem grandes benefícios para fazer reabilitação urbana, recordando que foi feita, na altura, divulgação em vários locais, que foram ouvidas sugestões, mas que não foi suficiente, pelo que entende que, para o novo programa que vai vigorar por 3 anos, é preciso começar, desde já, a fazer a divulgação do mesmo e não deixar esse trabalho para a última hora. -----

Referiu que Santa Maria da Feira, bem como quase todas as freguesias do Concelho, têm zonas com habitações desabitadas, algumas das quais ainda em condições razoáveis, acrescentando que, estando o Concelho com falta de habitação e estando o mercado de arrendamento quase parado, esta é uma excelente oportunidade para as pessoas poderem reabilitar as suas casas e, caso não precisem delas, coloca-las no mercado de arrendamento, frisando que isso faz muita falta. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse considerar que é preciso trabalhar nesta matéria, que é preciso começar a passar a palavra para que o programa chegue



[Handwritten marks: a signature and a circled 'B']

às pessoas, comentando que julga ser isso que está a faltar pelo que a Câmara vai analisar a melhor forma de fazer essa divulgação. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD: 28, PS: 13, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 2 abstenções (BE), aprovar, sob proposta da Câmara Municipal, a redelimitação das Áreas de Reabilitação Urbana de Santa Maria da Feira, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a seguinte declaração de voto:-----

“A CDU votou favoravelmente este documento na consciência de que ele já leva alguns anos de preparação, aliás, nós tivemos uma reunião, no âmbito da CDU, com o Sr. Vereador, em que nos apresentou já parte deste documento, destas medidas. -----

Entendemos que deve, realmente, ser mais divulgado a toda a população e que pode ser potenciador até do desenvolvimento do Município, uma vez que era uma falha que nós tínhamos em muitas freguesias, da delimitação da área urbana, e que bem carecem, algumas delas, de reabilitação e de potenciamento até para se tornarem mais atrativas para habitação.” -

Reentraram os membros Carlos Seixas, José Castro, António Santos e Armando Teixeira. -----

3 – Derrama a cobrar no ano de 2019 (Exercício 2018) -----

4 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – ano de imposto 2018-----

5 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2019)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 10 de setembro de 2018 enviadas, oportunamente, aos membros



[Handwritten signature]

desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por salientar que a perspetiva da CDU, no que diz respeito aos impostos em discussão, não é recente, que tem vindo a ser defendida pela CDU ao longo dos anos. -----

Sobre o IMI referiu ser um imposto tendencialmente injusto, dizendo que se tempos houve em que havia uma discriminação positiva para, por exemplo, quem vivia em áreas rurais, hoje já não é bem assim, ressaltando que quem tem uma habitação numa qualquer freguesia vai pagar o mesmo do que aquele que tem uma habitação idêntica em Santa Maria da Feira. Frisou ser sabido que as condições e os serviços que umas freguesias apresentam são díspares e não são comparáveis com as que têm outras freguesias e que, para além disso, o IMI é um imposto que não incide sobre os rendimentos pelo que, logo aí, pode ser gerador de injustiças. -----

Disse que, apesar de saber que a receita do IMI é essencial para as contas da Câmara Municipal, no quadro da atual lei de financiamento dos municípios, a CDU sempre foi do entendimento que a Câmara deveria seguir outros municípios do distrito de Aveiro e aplicar a taxa mínima. -----

Sobre a Câmara dizer que vai perder 1 milhão de euros de receita com a redução da taxa de IMI de 0,4% para 0,375%, realçou que a verdade é que as receitas da Câmara Municipal, pelo menos desde 2015, têm vindo a aumentar, fazendo notar que, em 2015, a receita global da Câmara foi cerca de 69 milhões de euros, que em 2016 foi perto dos 77 milhões de euros e que, em 2017, foi perto de 85 milhões de euros, pelo que 1 milhão de euros não representa propriamente uma perda significativa para a gestão do Município. -----

Informou que, no respeitante ao IMI, vai votar contra, não contra o abaixamento da taxa mas contra por não ser aplicada a taxa mínima, sublinhando ser isso que a CDU sempre defendeu. -

Relativamente à derrama disse que iria votar a favor, salientando que a CDU compreende e até concorda com a proposta apresentada pelo PS na reunião de Câmara, mas que entende que a derrama é um imposto muito mais justo do que o IMI. Realçou que, além do mais, se é verdade que a CDU entende que se deve ajudar as pessoas e as empresas num momento de crise, para que as pessoas possam viver melhor e as empresas crescer, também entende que, num momento de crescimento, as empresas estão capazes de pagar os seus impostos ou até pagar mais impostos, para contribuir mais para a sociedade. -----



Concluindo, referiu que o mesmo se passa em relação à participação sobre o IRS, comentando ser evidente que ninguém gosta de pagar impostos mas que eles são essenciais para o funcionamento da Câmara Municipal, pelo que também iria votar favoravelmente esse assunto. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por salientar que qualquer sinal na redução dos impostos é benéfico para o cidadão que queira fixar-se em Santa Maria da Feira, comentando que é preciso tornar o Concelho atrativo aplicando taxas no mínimo possível. -----

No que respeita à derrama referiu que o CDS-PP concorda que as empresas que lucram mais têm que pagar, mas que também entende que é preciso ter em conta as condições que são dadas aos investidores. Realçou que se as empresas pagam a taxa máxima devem ter as melhores condições, ressaltando que, com a exceção do PERM e do Lusopark, tal não acontece na grande maioria das zonas industriais do Concelho. Salientou que, nos últimos 20 ou 25 anos, foram criadas muitas zonas industriais mas que muitas delas estão completamente desatualizadas, comentando que as empresas estão a puxar pelo Município mas que, estando a pagar a taxa máxima, recebem muito pouco em troca. -----

No que respeita ao IMI disse que o CDS-PP concorda com a proposta da Câmara, referindo que a redução da taxa é uma luta de muitos anos e que entende que a redução é benéfica e é um sinal que é dado. Disse esperar que a redução da taxa de IMI seja para continuar, para que se possa tornar o concelho de Santa Maria da Feira também atrativo a nível fiscal. -----

Concluindo, e relativamente à participação sobre o IRS, disse que desde que as pessoas com menos rendimentos não contribuam para a receita camarária, concorda com a aplicação da taxa máxima. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por dar nota que a sua intervenção se iria incidir essencialmente na questão do IMI, baseando a sua intervenção em documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Nestas últimas duas semanas, na comunicação social local e na reunião de Câmara, o Sr. Presidente mostrou aos feirenses uma excelente rotina de ginástica financeira. Essa ginástica, aliada ao marketing, permitiu com que se vangloriasse sobre uma redução que, embora



bem-vinda, é insuficiente no nosso entendimento. -----

O Sr. Presidente anuncia que a descida traduzir-se-á numa quebra de 1 milhão e meio de euros nos cofres da autarquia e diz ainda ser um sinal que quer dar às famílias. Ora, fazendo as contas, entende-se bem a ginástica anteriormente mencionada. O valor propagandeado pela camara, como um alívio para os feirenses, é o resultado de uma conta feita assumindo que a taxa estaria no valor máximo de 0,45%. É um truque! Porque a realidade, como sabemos, não é essa. -----

A taxa em Santa Maria da Feira irá descer de 0,4% para 0,375%, o que se traduz numa redução real de cerca de 400 mil euros. Não é 1 milhão e meio; não é 1 milhão. E era bom que houvesse respeito pelos feirenses e que não se tentasse enganar as pessoas, anunciando reduções de impostos que não existirão. -----

Outro fator muito difícil de ignorar é o aumento do valor patrimonial dos imóveis, valor esse que se encontra em relação direta com o pagamento de IMI. É muito fácil verificar que, mesmo sem alterar o valor da taxa de IMI, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira arrecadou, devido ao aumento do valor patrimonial dos imóveis, mais dinheiro no ano passado em relação a 2016. -----

É também de notar que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira continua a não utilizar os instrumentos de majoração para os imóveis degradados ou devolutos e de minoração no que toca a imóveis no mercado de arrendamento. Seria importante fazê-lo. Aliás, o Bloco de Esquerda tem proposto isto todos os anos, porque essas medidas serviriam para combater a degradação do património e serviriam para colocar mais casas no arrendamento urbano. -----

A descida da taxa do IMI é um alívio para os feirenses, que continuam a enfrentar das taxas mais altas do distrito de Aveiro, e sempre aqui defendemos a sua descida. A proposta do executivo feirense continua muito aquém daquilo que o Bloco propõe. -----

Pode falar nos valores que quiser e que esta medida é apenas conseguida devido ao rigor das contas, porém, a realidade continua a desmentir o executivo e vem mais uma vez provar que as políticas da Câmara assentam em marketing e manchetes e não numa mudança efetiva da vida das pessoas.” -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Esta questão que está a ser discutida é, de facto, muito relevante porque mexe



particularmente com a vida dos feirenses, toca no seu bolso e, portanto, qualquer alteração que seja feita nestas matérias, em política fiscal, é sempre importante.-----

No entanto, por vezes, esquecemos que aquilo que está aqui a ser feito é discutirmos as duas faces de uma moeda, porque nós não podemos olhar para a alteração dos impostos sem perceber que essa alteração tem uma correspondência em termos da capacidade do Município para fazer investimentos e prestar serviços públicos.-----

E, portanto, aquilo que nós temos que dizer aqui é o seguinte. Nós estamos de acordo com a redução da taxa de IMI mas estamos de acordo pelos piores motivos, porque o que nós temos assistido, desde o início do seu anterior mandato, é a um claro desfasamento entre aquilo que é cobrado aos munícipes e aquilo que é dado aos munícipes.-----

E na decorrência dessa diferença existe, naturalmente, um excedente na execução orçamental que permitiu, e bem, ir reduzindo a dívida. Nós não estamos em desacordo em relação à redução da dívida, podemos é estar em desacordo em relação ao ritmo com que a dívida foi reduzida porque, de facto, ficou muito por fazer e isso está, de forma bastante patente, na vida dos nossos concidadãos.-----

Repare-se também aqui o seguinte, eu recordo-me, julgo que ainda foi neste mandato, o Sr. Presidente tinha dito, a dada altura, quando lhe perguntavam o que é que o senhor queria fazer do seu Município, o senhor dizia que queria fazer desta terra o lugar mais espetacular do mundo para se viver.-----

Bem, tendo em conta o período de vida útil político que o Sr. Presidente tem, eu julgo que estamos ainda bastante longe dessa meta, portanto, é uma meta bastante irrealista. No entanto, as potencialidades do Município estão todas cá, nós temos que nos recordar que somos atravessados por três eixos rodoviários, nós temos uma linha férrea que está, de facto, numa situação de grande degradação, mas que atravessa o nosso Município e liga-nos à Linha do Norte. Nós estamos entre dois grandes eixos urbanos, como o Porto e Aveiro, temos dois portos, tudo condições extraordinárias para sermos um Município por excelência, só que, de facto, não o somos, e alguém tem que ser o responsável por isso.-----

Repare-se, para nós sermos, de facto, um lugar onde fosse extraordinário viver, nós não podíamos ter nas nossas ruas, e ainda em muitas das nossas ruas, a falta de saneamento. Nós não podíamos viver num local onde muitas das nossas juntas de freguesia, nós andamos por aí e verificamos que os presidentes das juntas de freguesia veem-se à rasca para limpar as suas



veredas, porque não têm dinheiro suficiente para pagar aos cantoneiros para limpar essas veredas sem ser através do envenenamento dos solos através do glifosato, como está bom de ver. -----

Nós podíamos ser, como disse aqui o CDS, um concelho que tivesse uma rede de caminhos pedestres que atravessasse todos os nossos ribeiros, os nossos riachos e os nossos pontos mais altos, mas não o temos. -----

Por exemplo, em termos de investimentos, a piscina municipal de Canedo é uma miragem, o Centro Coordenador de Transportes de Lourosa e da Feira é uma promessa há mais de uma década e está por concluir. Enfim, podíamos fazer tantas outras coisas e não o fazemos, e, como é óbvio, isto acaba por redundar num excedente em termos orçamentais que, enfim, permitiu, de facto, reduzir a dívida municipal, e ainda bem, mas ficou muito aquém daquilo que era possível fazer. -----

E, portanto, chegados a este ponto assiste-se a uma redução dos impostos. Nós teríamos ido um pouco mais além, ou defendemos que se deve ir um pouco mais além porque, ainda assim, continuamos a achar que existe um desfasamento entre aquilo que é cobrado aos munícipes e aquilo que é dado aos munícipes. -----

Julgo que valerá ainda a pena referir que, em termos da participação do IRS, nós defenderíamos uma redução para os 2,5% e, em termos da derrama, para além da taxa reduzida achamos que devia ser dado um apoio extraordinário aos nossos empresários no sentido de, por cada posto adicional de trabalho que fosse sendo criado, reduziríamos em 0,2% a taxa cobrada. Era uma forma de incentivar os nossos empresários, seria, de facto, uma ajuda reduzida, mas ainda assim seria uma ajuda. -----

Só um breve esclarecimento. De facto, há aí uma confusão com os números do camarada do Bloco de Esquerda, a taxa reduz em 6,25%, se assim quisermos, tendo em conta que o IMI tem uma receita efetiva de mais ou menos 16 milhões de euros, traduz-se numa redução de sensivelmente 1 milhão de euros. Era bom, como disse a CDU, que estivéssemos a falar de 80 milhões de euros de receita, mas não, essa é a receita orçamental, depois, em termos de execução, não chega a esses valores. Seria bom, mas não é. -----

Tal como, em relação à despesa, em termos orçamentais temos uma coisa mas, depois, nunca é executada. O senhor poderá dizer-me: pois, se queres saber aquilo que eu pretendo para o meu Município, vais ao PPI e está lá tudo. Bem, o estar no PPI ou não estar é igual ao litro,



Handwritten marks: a signature and a circled 'P'.

Sr. Presidente, porque depois o grau de execução é baixíssimo, o senhor até podia fazer referência ao aeroporto de Maceda que não está no seu território, mas, de facto, chega-se ao fim e o grau de execução não acontece e, portanto, estar lá ou não estar é exatamente igual.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que, nesta sessão, assistiu a oposição, incluindo aquela que é mais à esquerda, a elogiar o trabalho da Câmara, e que isso não é muito habitual, realçando que também queria deixar o seu bem-haja ao trabalho que foi feito pela Câmara no último mandato e aquele que, na continuidade, tem sido feito no presente mandato. -----

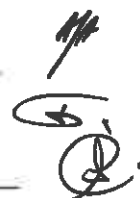
Relativamente à questão da derrama disse que leu o extrato da ata da reunião camarária e que pode constatar que o PS apresentou novamente a proposta no sentido de haver um abaixamento de 0,2% por cada posto de trabalho criado, tendo o vereador Délio Carquejo dito que, com tal proposta, o PS reiterava a posição que havia adotado em 2017. -----

Fez notar que, de igual modo, o grupo municipal do PSD reitera a proposta da Câmara e reitera a posição que tomou em 2017, acrescentando que não iria falar novamente sobre a proposta do PS porque a posição transmitida pelo grupo municipal do PSD, em 2017, mantém-se. -----

Quanto ao IMI, disse que o membro Filipe Moreira fez uma confusão tremenda quando mencionou que uma casa na freguesia do Vale tem o mesmo valor do que uma casa semelhante localizada em Santa Maria da Feira. Disse que tal não corresponde à verdade, ressaltando que há um índice definido pela Administração Tributária, que é o índice de localização, e que esse varia no Concelho entre 0,65 e 1,1, o que significa que, por exemplo, a mesma casa tem, na freguesia do Vale, o valor de 65 mil euros e, no centro da cidade de Santa Maria da Feira, o valor de 110 mil euros, o que é bem diferente. -----

Referiu que a redução da taxa proposta pela Câmara é bem-vinda, frisando ser resultado do esforço financeiro que o Executivo tem feito, na intenção de proporcionar aos feirenses esses mesmos resultados. -----

Destacou que se mantém a minoração de 30% da taxa de IMI para as edificações que se localizem num perímetro de 1.200 metros do aterro sanitário intermunicipal, devido ao impacto desse equipamento, bem como a redução para os agregados familiares com -----



dependentes, que pode variar entre os 20 e os 70 euros consoante o número de dependentes. ---
Disse que o vereador Délio Carquejo, na reunião camarária, falou que o 1 milhão de euros de redução da receita da Câmara, em resultado da redução da taxa de IMI, pode ser encarado de várias formas, realçando, sobre isso, que só tem uma maneira de encarar 1 milhão de euros, ou seja, que 1 milhões de euros é 1 milhão de euros, que isso é matemático. -----

Comentou que, fazendo analogia com o futebol, Mourinho são todos quando estão à frente da televisão, que treinar no campo já não é tão fácil, realçando ser sempre fácil para a oposição propor redução de impostos e redução de receita. Salientou que a oposição, se quer ser séria e coerente, ao propor a redução de receita tem de indicar onde é que a Câmara vai reduzir o investimento, se é na rede viária, se é na cultura, se é na educação, se é no apoio social, ou noutra área qualquer, que deve dizer isso aos feirenses. -----

De seguida, e ainda no âmbito do IMI, disse querer associar essa questão ao assunto das ARU, já discutido nesta sessão, para salientar que também concorda que esse projeto não foi muito bem divulgado e que essa divulgação tem de ser melhor feita pela Câmara, em conjunto com as Juntas de Freguesia e com os seus presidentes que conhecem os proprietários locais, realçando que, como dito pelo membro Sérgio Cirino, se as ferramentas estão ao dispor é preciso dá-las a conhecer à população. Disse saber que este tipo de projetos são mais facilmente implementados no centro da cidade de Santa Maria da Feira, porque existe uma procura e o mercado de arrendamento prospera, do que em Fiães, Sanguedo, Argoncilhe e demais freguesias, pelo que é muito mais difícil motivar esses proprietários a efetuar reabilitação urbana. -----

Referiu não poder deixar de salientar o sentido de voto do Bloco de Esquerda em relação às ARU, questionando como é que alguém que é muito discípulo de Catarina Martins e de Ricardo Robles, que tanto defendem a reabilitação e a renovação das áreas urbanas, em Santa Maria da Feira não o defendem, ressaltando que há, nesta matéria, duas posições completamente antagónicas da parte do Bloco de Esquerda. -----

Disse aceitar que o Bloco de Esquerda não concorde na íntegra com as ARU e que defenda delimitações diferentes, mas que não está a ser coerente ao votar contra, em Santa Maria da Feira, as ARU. -----

Relativamente à participação sobre o IRS salientou que a grande parte dos feirenses têm um rendimento até mil euros e, portanto, não pagam IRS, pelo que não beneficiariam da proposta



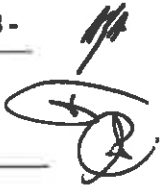
do Partido Socialista de reduzir a participação de 5% para 2,5%. Salientou que, feitas as contas, para as famílias que pagam IRS o benefício não seria significativo mas que, para o Município, essa redução representaria uma perda de receita de 3 milhões de euros. -----
Concluindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro frisou que não basta à oposição apresentar um cenário de redução, que também precisa dizer onde pretende que a Câmara deixe de investir. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que disse querer deixar duas notas relativamente à intervenção feita pelo membro Rui Ribeiro, do grupo municipal do PSD.-----
Fez notar que a redução dos impostos não se traduz necessariamente em falta de investimento, que pode traduzir-se na redução do excedente, ou seja, do dinheiro que todos os anos é deixado por investir no Concelho. -----

Salientou que a segunda nota é sobre o ponto da redelimitação das ARU, realçando que o Bloco de Esquerda não votou contra, que se absteve, e que se absteve não por não concordar com a reabilitação urbana e a definição das ARU, mas sim porque não concorda com a delimitação de algumas das ARU definidas, sublinhando serem coisas muito diferentes. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD) que começou por dizer que, antes de falar nos impostos que a Câmara pode cobrar, considera importante salientar que, em 2012, o Sr. Ministro das Finanças disse que o aumento dos impostos foi um aumento brutal, fazendo sobressair que, em 2018, o País está com a maior carga de impostos de sempre e que o PS, BE e PCP, que suportam o Governo, nada fazem contra isso. -----

Referiu que iria dar alguns exemplos, salientando que foi aplicado um imposto de 6 cêntimos por litro sobre os combustíveis quando o barril de petróleo custava 40 ou 50 dólares, com o argumento de que o petróleo estava muito barato, mas que, estando agora o barril de petróleo a 80 euros, não se diminuiu esse imposto indireto que está a retirar dinheiro a toda a gente. ---
Realçou que, depois, o governo veio dizer que o açúcar faz mal à saúde, criando um imposto sobre as bebidas açucaradas, bem como criou um imposto sobre o sal com o argumento de que o sal também faz mal à saúde, acrescentando que, para além desses, outros impostos foram sendo criados, estando agora os portugueses a suportar a maior carga fiscal de sempre. -
Referiu que um estudo de 2017 veio mostrar que um titular que ganhe 70 mil euros paga de



IRS, em Portugal, 16 mil euros, quando em França paga 12 mil euros e na Inglaterra paga 13 mil euros, comentando que, agora, o governo até vai reduzir os impostos para os emigrantes que regressem a Portugal.-----

Em relação à derrama disse que uma empresa que tenha prejuízo não paga derrama nem IRC mas paga uma coisa chamada contribuição autónoma, ou seja, uma percentagem, 10, 20, 30%, sobre muitas despesas, ressaltando, contudo, que uma empresa que tenha 1 milhão de euros de lucro paga 21% de IRC, ou seja, 210 mil euros, e em termos de derrama vai pagar 15 mil euros. Realçou que o governo do PS não diminuiu o IRC mas, agora, o PS de Santa Maria da Feira veio propor que, no Município, se reduza a derrama de 1,5% para 1% para as empresas com um volume de negócios superior a 150.000 euros.-----

Prosseguindo disse que, para as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, há a taxa reduzida de derrama de 1%, ressaltando que se um desses negócios der 10 mil euros de lucro paga 17,5% de IRC, ou seja, 1.750 euros, e paga de derrama 100 euros. Frisou que, portanto, com a proposta do PS de reduzir a taxa em 0,2% por cada posto de trabalho criado, aquilo que o PS está a dizer é que uma empresa crie um posto de trabalho para obter um benefício na derrama de somente 20 euros, quando, depois, vai ter que pagar ao Estado uma sobrecarga de impostos, desde logo à Segurança Social, e não vai investir. Disse ser disso que se está a falar, questionando se não seria um maior incentivo o Estado cortar o IRC para metade, para atrair as empresas a criarem emprego.-----

Reafirmou que lhe custa ver as empresas que não têm lucro continuarem a ter de pagar impostos, desde logo os impostos indiretos que são violentos, aumentando de forma significativa a sobrecarga delas, frisando ser essa a realidade a que se assiste.-----

Quanto ao IMI disse que o valor patrimonial tributário é definido pelas Finanças e que, quanto a esse imposto, existem alguns fatores discriminatórios.-----

Relativamente à participação sobre o IRS destacou que 70% das pessoas não pagam IRS pelo que, caso se reduzisse a participação de 5% para 2,5%, os beneficiados seriam aqueles que ganham muito. Disse que, provavelmente, existem pessoas no Concelho que têm rendimentos de 1 milhão de euros e que, a uma taxa de 40%, pagam 400 mil euros de IRS, frisando que para essas pessoas a redução de 2,5% significa muito dinheiro mas que 70% das pessoas nada beneficiariam porque não pagam IRS, comentando que se pagassem era bom sinal porque significava que estavam em melhores condições salariais. -----



Salientou ser essa a questão, ou seja, que se pede à Câmara a redução dos impostos mas que o Estado, que é quem tem claramente de reduzir os impostos, não reduz, reafirmando que o País sofreu o maior aumento de impostos, ainda mais nos impostos indiretos que não são em função do rendimento, em que todos pagam, e que considera que isso não é justo. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer, em relação à questão da redução da dívida, que quando começou nas lides autárquicas o PS defendia a redução da dívida e o PSD dizia que o Município tinha que ter dívida porque a dívida era virtuosa e fazia crescer o Município. -----

Referiu que quem mudou de posição, nesta Assembleia Municipal, foi o PSD e não o PS, fazendo notar que o PS já dizia que se devia controlar a dívida, que a dívida deve ser metódica e não exagerada, comentando que a Câmara demorava anos a pagar aos seus fornecedores, e não dias, levando a que estes aumentassem o custo do material em 50% porque sabiam que só passados 3 anos iam receber o dinheiro. -----

Salientou que, felizmente, tal já não acontece, tendo o PSD adotado uma posição mais equilibrada em relação à dívida e à redução dela. -----

Disse não poder deixar de mencionar que o grande heroísmo do PSD era tributar o trabalho e que o PS pelo menos consegue, em termos económicos, melhores resultados do que o PSD, devolvendo dinheiro às pessoas que trabalham e dando-lhes poder de compra. -----

Concluindo a sua intervenção o membro *Sérgio Cirino* salientou que o PS direciona os impostos indiretos para coisas que fazem mal à saúde, má saúde essa que leva ao aumento da despesa do Serviço Nacional de Saúde, realçando que tributar os fracos e os que trabalham e não podem fugir ao fisco é, no seu entender, a maior injustiça social que pode haver. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer, em relação ao proferido pelo membro *José Carlos Silva*, que concorda com algumas coisas e discorda noutras, realçando, no respeitante à questão da participação sobre o IRS, que era com toda a boa vontade que pagaria 16 mil euros de IRS, o que seria mais do que aquilo que ganha num ano. Disse que não teria qualquer problema em pagar isso e contribuir para o seu País, pois significava que conseguia ganhar muito pelo que não teria problemas em contribuir. -----

Relativamente à dissertação que o membro *José Carlos Silva* fez sobre a dita geringonça,



comentou que é geringonça mas anda, frisando que não foi a geringonça que aumentou o IVA da restauração, o que levou ao encerramento de muitos restaurantes bem como a que as refeições estejam mais caras, tal como não foi a geringonça que privatizou a EDP ao desbarato e que fez com que o preço da eletricidade esteja onde está, e que não se consiga negociar esse preço porque a EDP é uma empresa privada. Referiu ainda que não foi a geringonça que congelou as carreiras, que não foi a geringonça que levou os jovens a emigrarem devido a não terem trabalho no seu País, e que não foi a geringonça que foi além da troika.-----

Salientou que, de seguida, iria explicar a razão da geringonça ser tão boa. Referiu que, em 2015, a Câmara tinha de receita da derrama cerca de 2 milhões e 380 mil euros e que, em 2017, teve 4 milhões e 445 mil euros, o que significa que houve um crescimento da economia, um crescimento das empresas, frisando que tal crescimento se deveu, evidentemente, às propostas do PCP e do PEV que foram aprovadas na Assembleia da República, dizendo não haver dúvidas quanto a isso.-----

Disse que a receita arrecadada pela Câmara com os impostos diretos, como o IMI, o IMT, o IUC, a derrama e os impostos abolidos, rondou os 24 milhões e 851 mil euros em 2015 e, em 2017, aumentou para cerca de 28 milhões e 681 mil euros, ou seja, um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros, pelo que a CDU entende que, sendo o IMI um imposto tendencialmente injusto, a taxa de IMI deveria baixar.-----

Realçou que a economia continua a crescer pelo que continuará a haver mais emprego, mais direitos para as pessoas, os jovens emigrantes começam a querer voltar para Portugal, pelo que se estima que a receita arrecadada pela Câmara de impostos diretos venha a aumentar ainda mais.-----

De seguida, a pedido do mesmo e com a devida autorização do Sr. Presidente da Câmara, interveio o *Sr. Vereador Délio Carquejo*, que começou por dizer que pediu o uso da palavra uma vez ter sido mencionado pelo membro Rui Ribeiro, pelo que queria fazer um esclarecimento.-----

Disse que coube-lhe fazer, em 2017, na reunião da Câmara, a defesa da posição dos vereadores do PS em relação à questão dos impostos, do IMI, IRS e derrama, salientando lembrar-se que, nessa ocasião, estava tenrinho que nem uma alface, acabado de chegar à



política de Santa Maria da Feira, e foi confrontado com a questão se sabia qual o significado de 1 milhão de euros para o Município. Referiu que, perante tal questão, não sabia onde se havia de meter e pensou que, eventualmente, o Executivo Permanente teria razão, ou seja, que 1 milhões de euros daria mesmo para investir em muita coisa. -----

Deu nota que foi revisitar a ata dessa reunião e que nela está escrito que o Sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara não reduzia os impostos porque era preciso fazer investimento, por exemplo, nos arruamentos, na recuperação de jardins de infância, e outros, ressaltando concordar com o Sr. Presidente da Câmara que é preciso fazer investimento no Município e que tal aspeto conduz ao princípio defendido pelo grupo municipal do PS, nesta Assembleia, que se houver imposto para haver investimento, é sempre bem-vindo. -----

Comentou ainda que o membro Rui Ribeiro tem informações privilegiadas relativamente àquilo que se passou na última reunião de Câmara em que estes assuntos foram discutidos – de 10 de setembro de 2018 – pois não se recorda de o ter visto nessa reunião e a respetiva ata ainda não ter sido aprovada. -----

Esclareceu que aquilo que chamou a atenção nessa reunião – de 10 do corrente mês – foi que o Sr. Presidente da Câmara afirmou, no ano anterior, que não reduzia 1 milhão de euros para poder fazer investimento, por exemplo, nos jardins de infância, mas que os jardins de infância do Município continuam todos depenados, ao deus-dará, pelo que questionou o porquê da redução do IMI dado se manter a necessidade de haver investimento, tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido que o IMI é um imposto injusto para os munícipes e é bom que desça. ----

Disse considerar que é sempre bom quando os impostos descem, seja no município de Santa Maria da Feira ou em qualquer outro, daí ter votado favoravelmente a descida da taxa de IMI.

Disse ser este ponto de honra que queria fazer relativamente à intervenção que efetuou na reunião camarária, comentando, sobre a afirmação do Rui Ribeiro de que é muito fácil ser-se treinador quando não se vai a jogo, que nunca se considerou jogador ou treinador, mas que gostou de, neste momento, fazer um pouco de treinador e, ao mesmo tempo, jogar um pouco à bola com o Rui Ribeiro nesta situação, ressaltando que um pouco de humor nestas coisas não fica, de vez em quando, nada mal. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* disse também querer fazer um esclarecimento no âmbito de uma questão levantada pelo vereador Délio Carquejo. Realçou que o extrato da ata da reunião



de Câmara em questão foi distribuída aos membros da Assembleia Municipal e que os membros da Câmara, de igual modo, tiveram acesso, acrescentando não ter havido nenhuma ilicitude nem nenhuma informação privilegiada até porque todas as reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira são públicas e podem ser relatadas.-----

Posto isto, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, começando por aludir ao proferido pelo membro Filipe Moreira, referiu ser verdade que a receita do IMI tem vindo a aumentar, dando nota que, aquando da reforma fiscal, a receita do IMI foi pensada precisamente para compensar a perda de outras receitas que os municípios tinham até então.-----

Referiu ser esse equilíbrio que é preciso estar sempre presente, que é o equilíbrio de 1 milhão de euros que, num ano, não se pode perder porque existem investimentos previstos, fazendo sobressair que o equilíbrio que a Câmara tem na sua gestão lhe permitiu, neste momento, promover uma diminuição de impostos.-----

Sobre a afirmação do membro Ângelo Santos de que é preciso tornar o Concelho atrativo através da baixa de impostos, salientou que Santa Maria da Feira é um concelho, neste momento, extraordinariamente atrativo, que é muito significativo as pessoas quererem viver e investir em Santa Maria da Feira, comentando que isso é evidente e que não é só ele quem o diz, que basta perguntar a qualquer pessoa que ela dirá isso.-----

Em relação à afirmação de que as zonas industriais estão desatualizadas e que os investidores recebem pouco em troca pelo que pagam, comentou que só lhe falta perceber quem tem de pagar uma vez que ouve que todos têm de receber, desde os investidores, os trabalhadores, os que não podem trabalhar, ressaltando que alguém tem de pagar para todos esses receberem. ---

Disse que, felizmente, o território tem zonas industriais de excelência e que também tem zonas industriais que foram construídas há 30 ou 40 anos, de acordo com as possibilidades da altura. Referiu que se o Concelho tem à volta de 50 zonas industriais deve-se precisamente ao arrojo que alguém teve, há 30 ou 40 anos, para fazer esse planeamento e esse investimento, permitindo que nelas se instalassem fábricas e contribuindo para que Santa Maria da Feira seja, hoje, um concelho atrativo. Referiu que, entretanto, as coisas evoluíram e que, presentemente, quando se planeia fazer uma nova zona industrial já são levadas em conta



outras preocupações, mas que entende não ser de criticar quem tão bem fez à época, que está muito contente por alguém ter tomado tais decisões. -----

Relativamente ao proferido pelo membro Daniel Gomes disse que ele – Presidente da Câmara – já escolheu qual o melhor lugar para viver, que é Santa Maria da Feira, e que não quer mudar, comentando que aqueles que acham que viver na Venezuela é muito melhor podem ir viver para lá. -----

Em relação à muita promoção que faz do Concelho, aludiu ao lançamento, em 2014, da brochura promocional “Good Makers – Santa Maria da Feira – Fazemos Bem” para informar que essa edição está esgotada e que a Câmara vai lançar uma nova brochura Good Makers, no dia 11 de outubro de 2018, no Europarque. Deu nota que o país convidado é os Estados Unidos da América, que vão estar presentes várias delegações internacionais, deixando o desafio aos membros da Assembleia para estarem presentes nesse evento para perceberem do que trata a nova brochura Good Makers, que promove o território de Santa Maria da Feira internamente e internacionalmente. -----

Quanto à questão do estado das ruas fez notar que o membro Daniel Gomes já não disse que estava tudo mal, mas sim que ainda há muitas por melhorar, ressaltando que, de facto, cada vez há menos por fazer a esse nível porque tem havido uma grande evolução na maioria dos arruamentos do Concelho. -----

Sobre haver despesas orçamentais que não são executados disse ser verdade e que tal resulta de regras orçamentais muito penalizadoras, explicando que quando a Câmara pretende lançar uma obra ou um concurso tem de ter o respetivo compromisso orçamentado. Realçou que um concurso público é um processo burocrático moroso, que mesmo quando tudo corre bem é difícil demorar menos de 6 ou 7 meses, que quando há reclamações ainda é mais moroso, e que, entretanto, a Câmara não pode tocar nessas verbas, que podem ser de vários milhões de euros. -----

Referiu que, agora, foi introduzida uma alteração legislativa que é terrível para o executor público, salientando que, anteriormente, quando um empreiteiro ou fornecedor metia uma providência cautelar por não concordar com a decisão do júri do concurso, o processo parava mas a Câmara tinha uma ferramenta, que se chamava a resolução fundamentada, que lhe permitia continuar com o processo invocando o interesse público e, caso se viesse a provar que o reclamante foi prejudicado, a Câmara teria de o indemnizar consoante o prejuízo que



ele tivesse. Fez notar que o atual Governo acabou com essa ferramenta e que tal o deixa muito preocupado porque não protege, de todo, os executivos municipais, comentando que, para além disso, é sabido o quanto demoram os tribunais, que pode dar-se o caso de o tribunal demorar 1 ou 2 anos a produzir uma sentença e a Câmara estar com o dinheiro bloqueado ou, até, perder milhões de euros, como nos casos em que as obras são financiadas pelos fundos comunitários. -----

Quanto à intervenção do membro Sérgio Cirino disse achar que o mesmo estava a fazer muitos elogios ao Executivo porque disse que a Câmara pagava muito mal, que demorava anos a pagar e, por isso, os fornecedores inflacionavam os preços, mas que agora a Câmara já está a pagar bem e a bons preços. Referiu ficar muito contente com esse elogio, comentando que os elogios sabem ainda melhor quando vêm da oposição. -----

Disse que o membro Filipe Moreira falou dos méritos da geringonça e do extraordinário desempenho da economia, comentando, sobre isso, que depois da bancarrota de 2011 as coisas só podiam melhorar. Salientou achar que não há ninguém que, tendo o mínimo de seriedade intelectual, possa proferir tal afirmação sem sorrir, tentando levar as pessoas a acreditar que os únicos culpados foram os que safaram o País da bancarrota e que os tipos bons são aqueles que levaram o País a essa situação. -----

Sobre as contas apresentadas pelo membro Pedro Ferreira disse serem diferentes das contas que tem em seu poder e que foram feitas pelos economistas da Câmara. Referiu que, pelas contas que tem, caso a taxa de IMI permanecesse nos 0,4% a receita da Câmara seria de cerca de 16 milhões e 972 mil euros e que, com a redução da taxa para 0,375%, a receita rondará os 15 milhões e 911 mil euros, ou seja, uma perda de receita de IMI de cerca de 1 milhão e 60 mil euros. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse querer realçar um pormenor notável nas posições do Bloco de Esquerda, no âmbito do imobiliário e da chamada taxa Robles, salientando que, em Lisboa, querem aumentar a taxa mas, no Município de Santa Maria da Feira, o Bloco de Esquerda já quer o contrário e pede que se baixe a taxa sobre o imobiliário, comentando que, em primeiro lugar, é preciso que o Bloco de Esquerda se entenda. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação,



tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

3 – Derrama a cobrar no ano de 2019 (Exercício 2018) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 31, BE: 2, CDU: 1, PS: 1 – Rui Rios), 13 votos contra (PS: 12, CDS-PP: 1) e 1 abstenção (PS – Valdemar Silva), autorizar a Câmara Municipal a lançar uma derrama, a cobrar no ano de 2019, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.-----

Deliberou também, sob proposta da Câmara Municipal, lançar uma taxa reduzida de derrama de 1% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €. -----

O membro **Ángelo Santos** (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O CDS votou contra a derrama por um simples motivo. Tem havido um aumento da derrama no nosso Concelho, mas o esquecimento que as zonas industriais com mais de 20 anos tem sido levado a cabo por este Executivo e a falta de investimento do mesmo é preocupante.” -----

4 – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI – ano de imposto 2018 -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD: 31, PS: 14, CDS-PP: 1) e 3 votos contra (BE: 2, CDU: 1), fixar em 0,375% a taxa de IMI para prédios urbanos, a cobrar no ano de 2019 (ano de imposto 2018).-----

Deliberou, também, minorar em 30% (máximo legalmente previsto) a taxa de IMI que vigorar, para os prédios situados na zona delimitada no mapa que instrui o processo – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – e que corresponde à área situada a menos de 1200 metros dos limites do aterro sanitário intermunicipal, em funcionamento e localizado na União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, por força do propósito e dos impactes resultantes da atividade ali desenvolvida, que assume-se como fator potenciador do abandono das áreas localizadas na área circundante, bem como num desincentivo à manutenção ou fixação da população e de atividades económicas, podendo, a curto prazo, provocar a diminuição da população numa freguesia que, por força da sua localização geográfica, bem como da sua matriz eminentemente rural, apresenta já densidades populacionais mais baixas que o restante território do Concelho. -----



Deliberou, ainda, fixar uma redução da taxa de IMI, atendendo ao número de dependentes que compõem o agregado familiar, nos seguintes termos: -----

1 dependente: 20,00 €; -----

2 dependentes: 40,00 €; -----

3 ou mais dependentes: 70,00 €. -----

5 – Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS (ano dos rendimentos 2019) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP: 1, CDU: 1, PS: 1 – Rui Rios), 13 votos contra (PS) e 2 abstenções (BE), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, uma participação de 5% sobre o IRS de 2019 dos sujeitos passivos com domínio fiscal na respetiva circunscrição territorial. -----

Sairam os membros José Leão, Jéssica Sousa, Carla Pinto, Daniel Gomes, Henrique Portela e Lucídio Dias. -----

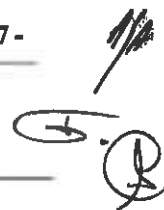
6 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – TMDP 2019 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de setembro de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 43 votos a favor (PSD: 29, PS: 10, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), fixar, sob proposta da Câmara Municipal, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25%, a aplicar no ano de 2019. -----



Entraram os membros Susana Silva, Manuel António Melo e José Henriques dos Santos. -----
Reentraram os membros Carla Pinto, Jéssica Sousa, Henrique Portela, José Leão, Daniel
Gomes e Lucídio Dias. -----
Sairam os membros António Topa e José Carlos Silva. -----

7 – Moldura Organizacional -----

- Ratificação da suspensão -----

8 – Reorganização dos serviços municipais -----

9 – Alteração ao Mapa de Pessoal -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 27 de agosto de 2018 (referente ao ponto n.º 7) e 17 de setembro de 2018 (referentes aos pontos n.ºs 8 e 9) enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS considera que a Câmara deve ter alguma amplitude na reorganização dos serviços e na reafecção dos recursos, para promover o funcionamento da própria Câmara Municipal. -----

Disse haver uma situação que preocupa, e que foi mencionada na reunião de Câmara, que se prende com a questão da fiscalização na área do urbanismo, ressaltando que, segundo sabe, esse serviço está reduzido a duas pessoas, comentando que a Câmara até pode ter fiscais noutras áreas mas que essa está bastante desfalcada. -----

Realçou, a propósito, que nesta sessão ainda iria ser discutido um ponto que se prende com uma desafetação do domínio público municipal para integração no domínio privado do Município, onde se constata que um privado ocupou uma parcela do domínio público e, pelo que sabe, tal situação nunca foi fiscalizada ou sequer verificada pela Câmara. -----

Referiu que o serviço de fiscalização tem que existir, por muito que custe às pessoas, para



manter as regras no Município e para o bom e salutar convívio social, para que não se ande a ocupar ruas ou situações do género, salientando que a fiscalização é um mal menor quando impede situações que, às vezes, são bastante graves. -----

Concluindo, disse querer chamar a atenção para esse aspeto, reafirmando considerar que a Câmara deve reorganizar os serviços de acordo com o que entende melhor para, depois, implementar no terreno. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer, relativamente ao ponto n.º 7, que o BE não tem nada a opor uma vez que incide sobre a suspensão da moldura organizacional anteriormente proposta. -----

Sobre a reorganização de serviços municipais, a que diz respeito o ponto n.º 8, referiu que o BE mantém a posição que tomou aquando da sessão realizada no passado dia 29 de junho, e que o BE reafirma o que disse nessa sessão, ou seja, que considera positiva a criação do Departamento Jurídico, esperando que tal leve à redução da externalização de serviços jurídicos. -----

Disse querer acrescentar uma nota relativamente à moldura organizacional proposta, salientando haver um aspeto que levanta dúvidas ao BE. Salientou que, de acordo com a descrição das competências dos vários departamentos, considera o BE que poderá existir uma sobreposição de competências, nomeadamente entre o Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos e o Departamento de Obras Municipais, solicitando à Câmara esclarecimentos sobre essa situação. Fez notar que, por não estar inteiramente de acordo com a proposta, o BE se abstém relativamente à matéria em apreço no ponto n.º 8. -----

Relativamente à alteração ao Mapa de Pessoal disse que o BE mantém, de igual modo, a posição que tomou na sessão de 29 de junho passado, e que reafirma considerar positiva a integração dos novos trabalhadores através, por exemplo, do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, mas que se sabe da existência de muitos outros trabalhadores elegíveis e que deveriam ser também vinculado, acrescentando que a nova proposta volta a não integrar esses trabalhadores, muitos deles com vínculos precários. -----

Fez notar que o BE, por considerar que todos os trabalhadores elegíveis devem ser integrados e que a presente proposta não o faz, não pode acompanhar a mesma, ressaltando que, mais



uma vez, será uma oportunidade perdida que a Câmara tinha para integrar tais trabalhadores. --

Interveio a deputada municipal *Ana Patrícia Cunha* (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“No passado dia 29 de junho, na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, foram aprovadas, por maioria, as propostas de alteração da estrutura orgânica dos serviços municipais e do mapa de pessoal. Já haviam aqui sido ressalvadas as alterações mais significativas, no sentido da melhoria da qualidade dos serviços prestados e da sua efetividade, e que entraria em vigor a 1 de setembro. -----

Contudo, o súbito falecimento do arquiteto José Manuel Oliveira, Vice-Presidente e Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, deste Município, obrigou à necessidade de reorganização do Órgão Executivo bem como da estrutura orgânica dos serviços. Perante a presente moldura organizacional em discussão, considera-se que a mesma não altera o fio condutor anteriormente aprovado, conferindo rigor ao nível da gestão municipal e na aplicação da legislação em vigor. -----

Pelo exposto, o grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal mantém o sentido de voto, de forma a garantir uma resposta eficaz perante as necessidades dos feirenses e os desafios da gestão pública moderna.” – Fim de citação.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Sobre o mencionado pelo membro Sérgio Cirino de que a Câmara tem pouca fiscalização, disse que tal não é correto, fazendo notar que a Câmara tem, só na parte das obras particulares, 6 fiscais, além da fiscalização na área da publicidade e das obras públicas.-----

Fez ainda notar que muita da fiscalização é feita, muitas vezes, por técnicos superiores, que não é apenas realizada por pessoas da carreira de fiscal, referindo considerar que a Câmara tem os serviços adequados mas que, se sentir necessidade de admitir mais pessoal para essa área, o fará.-----

Em relação à questão colocada pela deputada municipal Salomé Ventura, no que refere a uma eventual sobreposição de competências entre o Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos e o Departamento de Obras Municipais, disse não haver sobreposição dado que os departamentos em questão tratam de situações diferentes. -----



Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

7 – Moldura Organizacional -----

- Ratificação da suspensão -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor (PSD: 31, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PS: 3 – Rui Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 11 abstenções (PS), ratificar a deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de agosto de 2018, no respeitante à suspensão da moldura organizacional do Município, deliberando ainda suspender as seguintes deliberações da Assembleia Municipal, até à tomada de nova decisão nesta matéria: -----

- Deliberação de 29 de junho de 2018 que aprovou a nova moldura organizacional do Município de Santa Maria da Feira, condicionando a sua entrada em vigor a 1 de setembro de 2018, bem como o Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira, revogando, com a entrada em vigor da atual estrutura, a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada pelo Despacho n.º 1193/2013, no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, de 18 de junho; -----

- Deliberação de 29 de junho de 2018 que aprovou a alteração ao mapa de pessoal. -----

8 – Reorganização dos serviços municipais -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 2 – Rui Rios e Francisco Andrade) e 15 abstenções (PS: 12, BE: 2, CDU: 1), aprovar a seguinte moldura organizacional:-----

- Modelo de estrutura orgânica - Estrutura Hierarquizada; -----

- 5 Unidades orgânicas nucleares, designadamente: -----

- Departamento Administrativo e Financeiro, competindo-lhe assegurar o apoio técnico-administrativo às atividades desenvolvidas pelos órgãos e serviços do Município, e executar as políticas e estratégias dos recursos humanos definidas pelo Executivo Municipal, racionalizando e otimizando os meios envolvidos, com a consequente dinamização e valorização do capital humano ao serviço da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no respeito pelas disposições legais aplicáveis; -----

- Departamento de Ambiente, Infraestruturas e Equipamentos, competindo-lhe executar



atividades concernentes a assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, normalmente sob o regime de administração direta, associadas à conservação e manutenção das infraestruturas e equipamentos municipais, bem como a prestação de serviços à população, nomeadamente na área da limpeza urbana, implementação e conservação de áreas verdes, cemitérios, trânsito, transportes urbanos e mobilidade, feiras e mercados, e recursos endógenos; -----

- Departamento de Obras Municipais, competindo-lhe executar atividades concernentes a assegurar a execução de obras levadas a cabo pelo Município, coordenando a elaboração de estudos e projetos, executados internamente ou contratados exteriormente, e coordenando a execução das diversas empreitadas do Município, assegurando a adequada gestão dos contratos, nomeadamente garantindo a qualidade, o planeamento e a execução financeira das empreitadas, bem como a coordenação de segurança em obra; -----

- Departamento de Urbanismo, competindo-lhe a direção e coordenação dos respetivos serviços, assegurando a gestão dos processos urbanísticos, designadamente a instrução e análise técnico-administrativa de apoio à decisão, assegurando ainda a fiscalização da execução das operações urbanísticas; -----

- Departamento Jurídico, competindo-lhe a assessoria jurídica a todos os serviços do Município e o apoio aos órgãos autárquicos, promovendo o suporte jurídico e a legalidade da atuação do Município e assegurando a divulgação junto das unidades orgânicas da publicação de normas legais e regulamentares bem como de entendimentos jurídicos a adotar com carácter vinculativo;-----

- Número máximo de unidades orgânicas flexíveis 27; -----

- Número máximo de subunidades orgânicas 4;-----

- Número máximo de equipas de projeto 2;-----

- Entrada em vigor: 1 de outubro de 2018. -----

Mais deliberou aprovar o Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Deliberou também, com a entrada em vigor da atual estrutura, aprovar a revogação:-----

- Da estrutura e organização dos Serviços Municipais, publicada pelo Despacho n.º 1193/2013, no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro;-----



- Da deliberação de 29 de junho de 2018 da Assembleia Municipal que aprovou a nova moldura organizacional do Município de Santa Maria da Feira, condicionando a sua entrada em vigor a 1 de setembro de 2018, bem como o Regulamento Orgânico do Município de Santa Maria da Feira, revogando a estrutura e organização dos Serviços Municipais publicada pelo Despacho n.º 1193/2013, no Diário da República, 2.ª série, n.º 13, de 18 de janeiro; -----

- Da deliberação de 29 de junho de 2018 da Assembleia Municipal que aprovou uma alteração ao mapa de pessoal. -----

9 – Alteração ao Mapa de Pessoal -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP: 1, PS: 1 – Rui Rios) e 17 abstenções (PS: 13, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), aprovar a criação de postos de trabalho constantes da alteração ao mapa de pessoal, nos termos da deliberação camarária de 17 de setembro de 2018. -----

Instrui o assunto o mapa de pessoal em referência – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

10 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão -----

- Construção de Casa Mortuária -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 10 de setembro de 2018 e restante documentação que a acompanha, enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 14, BE: 2, CDS-PP:1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a atribuição à Freguesia de Paços de Brandão



MK
(Signature)

de um apoio financeiro até ao valor máximo de 37.500,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 25% do valor de cada fatura apresentada até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

Reentraram os membros António Topa e José Carlos Silva. -----

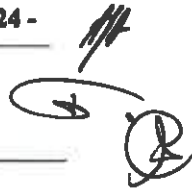
11 – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Rua da Azenha, Paços de Brandão -----

12 – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita no Lugar de Regadas, em Mozelos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias, respetivamente, de 4 de junho e 2 de julho de 2018, e restante documentação que as acompanha, enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS não tem nenhuma posição de princípio contra a desafetação de áreas públicas que possam passar para privados, mas que não pode deixar de voltar a registar aquilo que já afirmou em anteriores sessões, ou seja, que considera que as propostas relativas às desafetações são instruídas de pouca informação. Referiu que essa falta de informação poderá transparecer alguma combinação prévia para se vender um terreno que é público, mas que não quer crer que tal aconteça, recordando que, numa anterior sessão e na sequência de uma intervenção feita pelo membro Manuel de Almeida, do grupo municipal do PS, foi consensualizado, na altura pelo Vereador José Manuel Oliveira, entretanto falecido, que tais propostas seriam submetidas à Assembleia Municipal com mais informação, mas que tal não se veio a suceder. - Saliou que inclusivamente, numa das desafetações em apreço, está-se a beneficiar um



infrator que ocupou, ao longo dos anos, um território que era público e, agora, ainda vai ser beneficiado com uma alienação. Reafirmou que o grupo municipal do PS não é contra a que se possa, num ou noutro caso, fazer um acerto e até ajudar as unidades industriais para que possam ter um pouco mais de espaço, mas que também considera que tais propostas devem ser melhor fundamentadas, especialmente no que respeita à necessidade pública de passar determinado terreno para o domínio privado do Município para, depois, ser alienado. -----
Concluindo a sua intervenção, frisou que a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador e, como tal, deve ser cabalmente informada, fazendo notar que, devido à falta de informação que enunciou, o grupo municipal do PS se iria abster nos dois pontos em apreço. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, no seguimento do proferido pelo membro Sérgio Cirino a propósito da informação que instrui os assuntos em apreço, disse ser entendimento da Mesa que a documentação fornecida é suficiente para que a Assembleia possa deliberar sobre tais assuntos. -----

Referiu ser verdade que ficou consensualizado a disponibilização de mais informação a instruir este tipo de assuntos, pelo que pediu à Câmara Municipal para que, em futuras situações de desafetações, seja fornecida essa informação. Salientou que, contudo, tal não prejudica que qualquer deputado ou deputada municipal possa, a qualquer momento, solicitar todo o tipo de informação, que não lhe pode ser negada, bastando para isso contactar os serviços de apoio desta Assembleia, para que desse modo possam ter toda a informação para poderem estudar os dossiês. -----

Interveio o membro *Pedro Ferreira* (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Relativamente ao ponto 11, da Rua da Azenha em Paços de Brandão, aquilo que se está a verificar aqui é que a Câmara vem, mais uma vez, legalizar aquilo que é uma ilegalidade. -----

E a pergunta aqui que deve ser feita é onde estava a ação fiscalizadora da Câmara Municipal quando a unidade industrial em questão se apropriou do espaço público. -----

O Bloco de Esquerda votará contra esta proposta uma vez que aquilo que está em causa é apenas a entrega de um espaço que é de todos a um privado, mostrando um claro falhanço nas ações fiscalizadoras da Câmara e na visão que este Executivo tem no que toca ao espaço público. -----



No que toca ao Lugar de Regadas em Mozelos, uma das bandeiras desta Câmara é, e tem sido sempre, a criação de zonas industriais e da deslocalização dessas unidades industriais para essas respetivas zonas. Porém, a proposta aqui apresentada incentiva claramente à expansão de unidades industriais que se encontram em zonas habitacionais, expansão essa que, do ponto de vista urbanístico e ambiental, terão certamente as suas consequências.-----

Podem levantar-se também questões sobre qual é a utilidade real dos investimentos feitos no tão anunciado PEC, uma vez que decisões como esta vão de encontro àquilo que seriam os naturais objetivos do empreendimento referido.-----

O modelo de desenvolvimento desta Câmara parece estar, pelos vistos, na situação do PEC, sem rumo. -----

É importante também salientar, como já foi aqui referido pelo grupo do PS, a questão das plantas, os documentos que acompanham por vezes não têm qualidade, mas já tivemos aqui a chance de ter uma resposta por parte da Mesa, mas era também de salientar. -----

Isto para o Bloco de Esquerda não é estranho, uma vez que os interesses privados, para este Executivo, como já temos vindo aqui a denunciar, sempre se sobrepuseram aos interesses das populações.-----

O Sr. Presidente tem dito o oposto da realidade, uma vez que todos sabemos os efeitos nocivos para a qualidade de vida que os ruídos provenientes destas indústrias e as suas emissões de gases acarretam.-----

É também de referir que, no pedido formulado pela empresa, que a unidade nova a ser implementada no local irá também servir como área de serviço de logística e expedição de mercadorias. Portanto, negar os efeitos negativos destas práticas em zonas habitacionais é apenas e só um exercício de desonestidade.-----

Portanto, pelos motivos aqui enunciados o voto do Bloco será contra a proposta, sendo a única solução coerente e séria.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Carlos Seixas* (PSD) que começou por dizer que, de facto, as plantas que foram distribuídas apresentam alguma falta de qualidade, mas que pegou nas chaves do seu carro e, com o auxílio do google maps, facilmente localizou o terreno, realçando que, portanto, não é justificação a falta de conhecimento para que tal seja alegado nesta Assembleia. -----



Feito este aparte, o membro Carlos Seixas passou a basear a sua intervenção em documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----
“O domínio público é constituído pelo acervo de bens destinados ao uso de todos, cujo regime é regulado pelo Direito Público, dele só podendo ser titulares pessoas coletivas públicas e cujo aproveitamento e defesa direta decorre, respetivamente, de forma a corresponder a interesses públicos e no uso do “jus imperii”.-----

A questão que hoje deve ser colocada é se o terreno em causa é usado ou terá algum interesse enquanto domínio público, e a resposta é não, não há interesse público nestes dois terrenos. E quando não há interesse público, é fundamental a desafetação do domínio público.-----

Relativamente à questão da localização de unidades industriais em zonas próprias deve ser uma preocupação. Mas a deslocalização deve ter em conta um vasto conjunto de fatores, não podendo ser tratado da forma simplista tal como a oposição faz, tendo sempre como premissa que as populações próximas de unidades industriais devem ser devidamente protegidas.-----

E relembro que o que está aqui em causa, é esta desafetação, não a venda e muito menos o posterior uso do terreno. Isso poderá fazer parte de outro processo, onde poderão ou não ser requeridas algumas condições por parte da Câmara Municipal.-----

Também é importante mencionar que em qualquer um dos casos não foi recebida qualquer reclamação ou sugestão sobre a referida desafetação.-----

No caso de Paços de Brandão, existiu de facto um abuso pela ocupação de espaço público e até algumas falhas, mas o espaço industrial está enquadrado numa zona industrial, a Z.I. do Serrado, e inclusivamente enquadrado no espaço de uma unidade industrial. Já existe passeio no local e o terreno encontra-se num cruzamento não sendo possível criar assim estacionamento. Pode ser alegado que passa o alinhamento dos postes da EDP por cima do terreno em causa, mas a desafetação pública não coloca isso em causa. Concluindo, não existe interesse público, por isso defendemos a desafetação do domínio público.-----

No caso de Mozelos, trata-se de um caminho que já não tem uso público em resultado da construção da autoestrada A1, não tendo o mesmo qualquer utilidade pública. Além disso, o caminho está completamente ladeado por terrenos detidos pela Amorim Cork Composites SA, que requereu a respetiva desafetação.-----

Em conclusão, não existe interesse público, por isso defendemos a desafetação do domínio público.-----



Não é do interesse público criar emprego? Não consigo entender a exasperação dos partidos de esquerda em relação às empresas, as verdadeiras fontes de criação de emprego. E o emprego é a melhor forma de combatermos a pobreza. Ou como Thatcher referiu: “preferem que os pobres fossem mais pobres desde que os ricos fossem menos ricos”. -----

Interveio novamente o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, num dos casos, há a constatação que alguém ocupou um terreno público, pelo que questiona à Câmara se essa pessoa foi fiscalizada e se foi alvo de alguma coima por ter ocupado ilegítimamente um espaço público. Referiu que, caso contrário, qualquer dia as pessoas ocupam o espaço numa rua e, depois, pedem a desafetação desse espaço. -----

Em relação à questão da falta de informação disse existir um passeio mas que não se sabe se esse passeio é adequado para a circulação de pessoas com mobilidade reduzida, se é suficiente para o local em questão, comentando que dizer-se que não se vê inconveniente, sem se traduzir em factos concretos, é muito vago. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Salientou que a informação jurídica é clara ao dizer que os terrenos em questão não têm interesse público, servindo a desafetação precisamente para resolver tais situações. -----

Sobre a afirmação feita pelo membro *Sérgio Cirino* de que o infrator vai ser beneficiado, disse ser precisamente o contrário, esclarecendo que o infrator beneficiou e, agora, vai pagar para poder ficar com o bem, introduzindo-se o fator corretivo para uma situação que não estava correta. -----

Referiu ainda ter ficado desagradado com o dito pelo membro *Pedro Ferreira*, do Bloco de Esquerda, que o município de Santa Maria da Feira defende os interesses privados, comentando esperar que tal afirmação tenha acontecido por um erro de linguagem. Frisou que o Município defende única e exclusivamente os interesses públicos, acrescentando que, contudo, não tem qualquer dúvida quando um imóvel, ou qualquer bem, não é necessário ao interesse público, deve ser colocado onde é mais necessário, ressaltando ser isso que se passa nos casos em apreço. -----

Concluindo a sua intervenção o *Sr. Presidente da Câmara* realçou que o membro *Pedro Ferreira* usou termos pouco apropriados, como dizer que a Câmara é desonesta e que defende



interesses privados, comentando, sobre isso, até parecer que os representantes do BE é que são os sérios, fazendo sobressair que se fosse responder à letra teria de ser muito agressivo.---

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

11 – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Rua da Azenha, Paços de Brandão -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 33, CDS-PP: 1), 2 votos contra (BE) e 16 abstenções (PS: 14, CDU: 1, IND:1), aprovar a desafetação do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 43,00 m², sita na Rua da Azenha, lugar de Barroso, Freguesia de Paços de Brandão – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

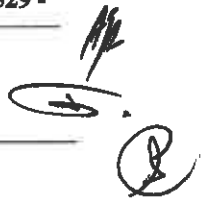
12 – Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita no Lugar de Regadas, em Mozelos -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD: 33, CDS-PP: 1), 2 votos contra (BE) e 16 abstenções (PS: 14, CDU: 1, IND:1), aprovar a desafetação do domínio público municipal, para integração no domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 1.767,00 m², sita no lugar de Regadas, Freguesia de Mozelos – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

13 – ETAR da Remolha (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento) -----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pela deputada municipal Carla Adriana Pinto, do grupo municipal do PS, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 11.253, em 5 de setembro de 2018 – documento enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à recomendação que instrui o assunto – que igualmente foi distribuída, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal –, passando a palavra à deputada



municipal Carla Pinto para que fizesse a apresentação da mesma. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Para quem vive nas imediações da ETAR da Remolha (ETAR), Espargo, é difícil suportar o mau cheiro que provém das correspondentes instalações. Incomodados e preocupados com a má qualidade do ar que se respira, os moradores da Rua de Espargo de Baixo e ruas contíguas já denunciaram a situação junto de diversas entidades, entre as quais a Câmara Municipal da Feira (CMF).-----

À espera que o problema tenha solução, os moradores formalizaram e enviaram um abaixo-assinado onde denunciavam, uma vez mais, os “cheiros nauseabundos e insuportáveis, que se espalham pelas redondezas e permanecem ativos durante várias horas do dia”, solicitando que sejam tomadas as medidas que se considerem adequadas à resolução definitiva do problema que se arrasta no tempo e representa riscos para a saúde pública.-----

De acrescentar que desde o início do seu funcionamento a esta parte, a ETAR comprometeu sempre o bem-estar dos moradores, exalando odores em determinadas horas do dia que contaminam o ar de uma forma inaceitável. Porém, este efeito diverge do que fora prometido em 1999 pela empresa responsável pela sua construção, quando inquirida pela iniciativa individual de alguns moradores. Já antes dessa data, que antecede o início da construção, o presidente da Junta de Freguesia de Espargo alertou a CMF sobre a localização da ETAR, prevendo a existência deste tipo de problema. Não obstante, como conhecedor do local, sugeriu uma alternativa de localização, mas as suas legítimas reivindicações não foram atendidas e como tal a obra foi, sem mais, edificada no local que a CMF havia previamente determinado. Chegamos aqui nas condições suprarreferidas, pelo que a razão lhe assiste de facto. -----

Referem os moradores que “A ETAR é muito mau vizinho!”. Prova disso mesmo e em virtude dos maus cheiros exalados ao longo dos anos que se contam pela duração da sua atividade, foram formalizadas queixas de iniciativa individual por parte de alguns moradores, recorrendo à via telefónica. Muitas promessas depois, como se algo estivesse para começar de novo, releva como resultado a pouca eficácia das intervenções realizadas e observadas nas instalações. Nesta conformidade, pouco tempo depois, a Junta de Freguesia de Espargo, a



pedido dos moradores, expôs o mesmo assunto à CMF. Foi então que a Luságua, na qualidade de empresa de gestão da ETAR da altura, flagrou um camião cisterna da CMF a efetuar uma descarga ilegal na Rua dos Gondins, a partir de uma caixa de acesso ao sistema de transporte das cargas. Poderia ser esse o problema e daí se ter encontrado a solução, mas, lamentavelmente, nada de novo. -----

Mais recentemente, em maio de 2015, foi formalizada, da parte dos moradores, uma exposição por escrito, dirigida entre outras entidades, à Divisão de Saneamento Básico e Ambiente da CMF, que dá conta da solução para o problema dos maus cheiros exalados pela ETAR. A SIMRIA responde, afirmando que a ETAR apresenta um funcionamento normal dada a sua tipologia. No entanto, sem considerar a derradeira hipótese de solução oferecida pelos moradores, aponta para o mal menor e refere que: “No sentido de minimizar o impacto de odores que possa decorrer do processo de desidratação de lamas foi já adjudicada a aquisição de tampas para cobertura de contentores, (...) com data de entrega prevista para final do próximo mês.” A verdade é que três anos depois, nem o mal menor foi resolvido e os contentores para onde são vertidas as lamas continuam a coberto de um simples plástico preto amarrado com um cordel. -----

Entretanto, no dia 27 de agosto de 2018, após formalização do abaixo-assinado, os representantes dos moradores foram convidados pela atual empresa gestora da ETAR a visitar as instalações. Dessa visita, que contou com a presença da Engenheira e do técnico responsável pela manutenção da empresa que gere a ETAR, foi identificado no local o problema da ETAR. É preciso investir de facto; aliás, como já havia sido alertado em 2015. É imprescindível a colocação de abóbadas que permitam o fecho dos decantadores e a inserção de ventilação forçada, evitando, assim, a libertação de odores, que conta necessariamente com presença de biogás (gás metano) produzido pelo processo de lamas ativadas. Mais, concluiu-se unanimemente no local que as atuais instalações são arcaicas e não se encontram preparadas para laborar em meio habitacional. -----

E a pergunta impõe-se: O que foi feito para resolver este grave problema que afeta tantos habitantes do nosso concelho? -----

Durante estes anos todos a Câmara Municipal ignorou os graves problemas que esta ETAR representa para a vida das pessoas e para a manutenção do ecossistema, sacudindo a água do capote. -----



É, por isso, prioritário exigir explicações e acima de tudo uma tomada de posição do Sr. Presidente da Câmara para que, de uma vez por todas, se resolva este problema. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de setembro de 2018, recomenda ao Executivo Camarário: -----

a) questionar as entidades competentes sobre o funcionamento da ETAR da Remolha; -----

b) exigir das entidades que gerem a ETAR da Remolha a resolução, com caráter de urgência, deste problema; -----

c) adotar os mecanismos que garantam a fiscalização por parte do Sr. Vereador das Obras Municipais, Proteção Civil e Ambiente para uma rápida resolução dos problemas afetos à ETAR da Remolha; -----

d) promover a adoção de uma atitude vigilante e proativa por parte do Executivo da União de Freguesias de Santa Maria da Feira, Sanfins, Travanca e Espargo, do modo a garantir o adequado funcionamento da referida ETAR, na defesa do bem-estar e saúde dos habitantes.”--

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“A ETAR da Remolha e os vários episódios que têm surgido em torno da mesma colocam em causa a saúde e o bem-estar dos feirenses que habitam nas suas imediações. -----

Há muito tempo que os moradores têm vindo a realizar várias denúncias, junto das entidades competentes, como é referido, no documento hoje trazido a esta Assembleia pelo grupo municipal do PS. -----

A existência e as condições desta ETAR representa um perigo para a saúde pública, pelo que é urgente que sejam tomadas as medidas necessárias para a resolução deste problema. -----

O Bloco de Esquerda tem conhecimento de vários episódios de crimes ambientais no concelho de Santa Maria da Feira, muitos deles denunciados à Câmara Municipal e às várias entidades competentes. -----

Por considerar fundamental a denúncia pública deste tipo de problemas ambientais e de saúde pública, de modo a que se tomem medidas imediatas para a sua resolução, o Bloco de Esquerda acompanhará esta proposta do PS.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dar nota que a CDU vota,



evidentemente, ao lado do PS neste ponto, agradecendo ainda a resenha histórica que foi feita relativamente à situação. -----

Referiu que, desde que está ativamente na vida político-partidária, todos os anos a questão da ETAR da Remolha tem vindo à baila, seja por troca de notas, requerimentos ou denúncias, e que tal é de lamentar, ressaltando tratar-se de um crime ambiental que prejudica o município de Santa Maria da Feira, prejudica o município de Ovar, prejudica um dos maiores ativos ambientais no litoral norte do Distrito, que é a Barrinha de Esmoriz, e prejudica, evidentemente, as pessoas que vivem naquele local e que diariamente têm que levar com os maus cheiros. -----

Disse ter inicialmente pensado, a propósito da última vaga de descargas, que fossem descargas minimamente tratadas mas que percebeu, pelas fotografias que recebeu, que a Ribeira da Remolha é um esgoto a céu aberto, havendo lugar a descargas diretas da ETAR para a ribeira sem qualquer tipo de tratamento. Fez notar que a ETAR está subdimensionada, que carece de um aumento e de um melhoramento das infraestruturas, comentando que, como é sabido, não se trata de uma ETAR das mais avançadas como é, por exemplo, a ETAR de Paramos, ao lado da Barrinha de Esmoriz, que não liberta cheiros. -----

Destacou que também cabe aos autarcas deste Município exigir o melhoramento das condições da ETAR da Remolha para que o problema acabe de vez, ressaltando que as sucessivas instituições que têm tomado conta daquela ETAR têm demonstrado uma coisa em comum, que é uma total falta de respeito pelos moradores e pelos munícipes de Santa Maria da Feira e de Ovar, efetuando descargas sem qualquer pré-aviso e sem qualquer nota a pedir desculpa e a explicar o sucedido, frisando que dar essa nota era o mínimo que se exigia. -----

Concluindo disse que, pelo que se lembra, todas essas empresas que geriram e gerem a ETAR nunca deram tais notas à população, à semelhança da Indaqua que, de vez em quando, comete crimes ambientais em Santa Maria da Feira e, depois, nem uma nota faz à população a explicar o que se passou e a pedir desculpa pelo sucedido. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dar nota que também iria votar favoravelmente a recomendação do PS. -----

Alertou que a situação da ETAR da Remolha não é por culpa de quem produz os detritos que vão para a ETAR, que é uma questão estrutural que precisa ser seriamente pensada, frisando



[Handwritten initials and signature]

que tem de se encontrar soluções para oferecer qualidade de vida aos feirenses, para que se possa ter o Concelho de excelência que se quer apregoar. -----

Salientou que a ETAR está mal localizada, está arcaica, está completamente fora do contexto urbanístico daquela zona que cresceu a olhos vistos, com habitações de excelência, mas que têm aquela ETAR como um péssimo vizinho. -----

Interveio a deputada municipal *Ana Lamas Barros* (PSD) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Todos nós temos filhos, sobrinhos, primos ou conhecemos e temos uma relação próxima, por certo, com alguma criança ou jovem. Por isso, todos nós, já ouvimos essas crianças e jovens falar-nos da preocupação que todos, em sociedade, deveremos ter para com as questões relacionadas com a defesa do Meio Ambiente, as alterações climáticas ou os efeitos da ação Humana sobre a sustentabilidade do nosso Planeta. -----

Ora, este comportamento demonstrado pela minha geração e pelas gerações mais jovens, faz ressaltar, a meu ver, um princípio basilar: a defesa do Meio Ambiente tem que ser uma preocupação de todos. -----

São inequívocos os efeitos da mão do ser humano na degradação das condições ambientais do nosso planeta, com efeitos ao nível do clima, da extinção de espécies animais e vegetais, da qualidade da água ou na degradação dos solos. -----

Estas gerações vêm, há já algum tempo, alertar-nos para um facto que, parece que muitos de nós não quererão entender: a defesa do Meio Ambiente tem que ser vista como uma preocupação comum, porque todos nós, sem exceção, temos a nossa quota-parte na origem do problema. -----

A fragilidade atual das condições ambientais exige que toda a Humanidade saiba encontrar um correto equilíbrio entre a atividade humana e o Meio Ambiente. -----

A defesa do Meio Ambiente não é da pessoa A ou da pessoa B... não é uma preocupação exclusiva do partido X ou do partido Y. A defesa do Meio Ambiente não é um ideal de Esquerda ou de Direita. -----

Querer politizar ou partidarizar a luta pela defesa do Ambiente é, quanto a mim, apenas uma perda de tempo... tempo esse que o nosso Planeta não tem. -----

Assim, e tendo por base o documento apresentado, uma ETAR é tal como a própria sigla



indica uma “estação de tratamento de águas residuais”, ou seja é uma “infraestrutura que trata as águas residuais de origem doméstica e/ou industrial, havendo todo um processo prévio de tratamento, com o objetivo de separar ou diminuir a quantidade de matéria poluente da água”.

Tendo por base o acima exposto, importa antes de mais lembrar 2 pontos:-----

Primeiro: A exploração da ETAR da Remolha é responsabilidade da empresa Águas do Centro Litoral, tendo sido, recentemente subcontratada uma outra empresa - a CTGA - empresa essa responsável pela exploração do contrato “Prestação de Serviços de Operação e Manutenção das ETAR de Espinho e Remolha”, estando previsto nesse contrato a gestão do equipamento;-----

Segundo: O verão que agora finda trouxe-nos condições climatéricas atípicas, com as temperaturas a atingirem máximos históricos. Este facto originou a secagem das lamas, tendo provocado a falta de oxigenação dos tanques e claro a existência temporária de alguns maus cheiros.-----

Perante algumas naturais reclamações de moradores, a empresa Águas do Centro Litoral instaurou um procedimento de averiguação a toda esta situação por forma a determinar as causas dos odores e, simultaneamente, a adotar medidas mitigadoras, tais como:-----

- Limpeza do desarenador, com recurso a camião hidrolimpador; -----
- Aumento de frequência de remoção dos gradados; -----
- Adição de cal viva às lamas depositadas no contentor;-----
- Redução do tempo de permanência do contentor de lamas desidratadas na ETAR. -----

No caso em concreto, registado o incidente, a situação foi reportada a quem de direito, tendo havido uma pronta e eficaz resposta das entidades responsáveis.-----

No entanto, numa atitude que apenas deve envergonhar os seus responsáveis, assistimos aqui hoje, uma vez mais – e não posso deixar de o lamentar – a uma tentativa de se passar a imagem de que no Município de Santa Maria da Feira não existem preocupações com as questões Ambientais e com a defesa do Meio Ambiente.-----

Nada mais falso. As pessoas preocupam-se com o Ambiente. E a Câmara Municipal assume a seriedade nas preocupações e responsabilidades ambientais, através do aumento das políticas de Ambiente, designadamente nas temáticas dos resíduos, redução das emissões de gases poluentes, adaptação às alterações climáticas ou políticas de prevenção. -----

Reitero que, enquanto não interiorizarmos o grande ensinamento que nos é legado pelas



AJA
[Handwritten initials]

crianças e jovens – de que o Ambiente tem que ser uma preocupação de todos – estaremos apenas a perder tempo na luta pela defesa do nosso Planeta.-----

Por conseguinte, tenho para mim que queremos TODOS a resolução rápida e eficaz dos problemas, que queremos todos viver e conviver num concelho do qual nos orgulhemos, que queremos todos que o nosso concelho seja o Nosso concelho... Mas para isso, e já que todos somos parte integrante do mesmo, penso que também devemos todos ter um papel na melhor prossecução do mesmo... O concelho é de todos e de cada um, por isso dependemos positivamente todos uns dos outros.-----

Para terminar... -----

Não estão a querer, mais uma vez, passar a ideia de que as preocupações com o meio ambiente são exclusivamente uma preocupação da esquerda?! -----

Não estão a querer, mais uma vez, passar a ideia de que o nosso concelho não se preocupa com as questões ambientais?! -----

Não queiramos fazer passar uma imagem distante da realidade e que em nada se coaduna com a verdade, pois uma vez confrontada com o problema, a Câmara Municipal não se alheou do mesmo. A aposta e a preocupação com o meio ambiente é clara e tem obra comprovadamente realizada. -----

Não queiramos fazer passar uma imagem distorcida da realidade, uma vez que há um ano atrás os feirenses renovaram o voto de confiança ao atual executivo da Câmara Municipal.” ---

Usou novamente da palavra a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) que começou por lembrar a deputada municipal Ana Lamas que quem tem estado a dirigir o município de Santa Maria da Feira desde o 25 de Abril é o PSD pelo que, portanto, é ao PSD que as pessoas têm de se dirigir e fazer perguntas. -----

Frisou que a proposta que apresentou não é de esquerda nem de direita, que é uma proposta que valoriza as pessoas, que tem em atenção o bem-estar e a saúde das pessoas, salientando que aquilo que está a perguntar ao Sr. Presidente da Câmara é o que tem sido feito para resolver o problema. -----

Disse que também teve acesso a alguns documentos, que também sabe perfeitamente do abaixo-assinado e quantas pessoas o subscreveram, destacando que o problema não é de agora, que se arrasta desde que aquela ETAR está a funcionar e que espera bem que seja



[Handwritten initials and a circled 'P']

mesmo agora que a situação da ETAR da Remolha se venha a resolver.-----

Concluindo, reafirmou ser ao Sr. Presidente da Câmara que se tem de perguntar, que é ao Executivo Municipal que se tem de pedir que adote os mecanismos que garantam a fiscalização, bem como é de pedir ao Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Sanfins, Travanca e Espargo, para também colaborar nesta campanha em prol do bem-estar de todos.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que disse ficar feliz com o discurso generalista, comentando que ainda bem que o Al Gore tem seguidores em Santa Maria da Feira porque também o admira. -----

Ressaltou que, contudo, não bastam as palavras, que tem que se fazer as coisas e, neste caso, é preciso colocar a ETAR a funcionar em condições, salientando que não basta dizer que se é amigo do ambiente e, depois, atirar a responsabilidade para toda a gente menos para quem é realmente responsável. -----

Referiu que quando se concessiona também se é responsável e tem que se verificar como é que, no caso, a ETAR está a funcionar, acrescentando que quando se incumbe alguém de fazer determinado serviço tem que se ir verificar, não é assumir as coisas boas e, quando as coisas correm mal, atirar as culpas para todos menos para quem tem a primeira responsabilidade nos municípios.-----

Concluindo, disse que quem recebe elogios também tem que receber as críticas, fazendo notar que teria ficado bem ao grupo municipal do PSD dizer que a ETAR da Remolha realmente precisa de ser arranjada e que a Câmara vai tratar de arranjá-la.-----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que começou por dizer, em relação à intervenção tida pela deputada municipal Ana Lamas, do grupo municipal do PSD, que é questionável se as questões ambientais são uma questão de esquerda ou de direita, que não ia entrar nessa discussão por entender não ser oportuno fazê-lo, ressaltando que, contudo, a verdade é que tem sido a esquerda a denunciar os vários exemplos de crimes ambientais que acontecem pelo Concelho fora, comentando não saber se isso é, ou não, por coincidência.-----

Realçou, sobre a justificação de que o incidente na ETAR se deveu ao aumento fora do normal da temperatura, que, pelo que sabe, os problemas na ETAR da Remolha acontecem



desde há 3 anos, ou até mais, pelo que tal justificação não lhe parece plausível.-----
Disse julgar que o essencial já foi dito, frisando que o Bloco de Esquerda não concorda com a ideia de que o Executivo se preocupa assim tanto com as questões ambientais dado que os problemas ambientais vão persistindo no Concelho, o que quer dizer que, se calhar, tais problemas não estão a ser tidos tanto em conta e que as soluções não estão a ser apresentadas.

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que tinha que dar a mão à palmatória e dizer que, afinal, o PSD tem razão ao querer que o público intervenha na parte final das sessões da Assembleia Municipal, pois assim as pessoas que vão intervir conseguem ouvir as posições das várias bancadas.-----

Referiu que aquilo que o grupo municipal do PSD veio dizer é que o problema está resolvido, pelo que aquilo que os moradores sentem em suas casas é mentira, ressaltando que aquilo que a deputada municipal Ana Lamas disse foi que se interveio e que o problema está resolvido.---

Dirigindo-se aos moradores da Remolha presentes na sala, disse que só faltou ao PSD dizer que a culpa é dos moradores, que aquilo que têm a fazer é retirarem as sanitas que têm em casa e optarem por sanitas secas ou químicas, como as que se usam nos parques de campismo, ou cortarem a ligação à rede de saneamento e voltarem a usar as fossas sépticas, deixando de mandar as águas sanitárias para a ETAR, acrescentando ser essa a solução apresentada pelo PSD.-----

Salientou que a posição do PSD foi trazer para esta sessão o aquecimento global e as alterações climáticas como desculpa para uma incompetência da empresa que gere a infraestrutura, em vez de exigir que essa empresa cumpra com o seu dever que é melhorar as infraestruturas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, reafirmando que agradecia ao PSD por fazer com que as pessoas intervenham no fim das sessões para, desse modo, poderem assistir às várias posições tomadas nesta Assembleia.-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por salientar que, apesar das condições climáticas terem sido um pouco atípicas, até parece que a última culpa seria dos feirenses, questionando se a situação da ETAR da Remolha não se deve à falta de planeamento, se é caso único no Concelho, e se não haverá demasiados casos como o da Remolha espalhados pelo Concelho, de equipamentos com problemas estruturais.-----



AP
(Handwritten marks)

Disse deixar esse alerta na esperança de que o problema se resolva, para o bem dos habitantes da Remolha, para que sejam feirenses de primeira como todos os outros. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que foi criada uma grande confusão, comentando que basta haver um palco para que alguns partidos aproveitem para fazer um discurso adequado para a captação nem que seja de um só voto.-----

Disse ao Bloco de Esquerda que os problemas ambientais não acontecem só em Santa Maria da Feira, que se verificam em todo o Planeta, ressaltando que se é verdade que é a esquerda quem denuncia, é o centro-direita e a direita que resolve, frisando que entre denunciar e resolver há uma grande diferença. Referiu que foi a esquerda que levou o País à bancarrota e que foi a coligação PSD/CDS-PP que teve de resolver esse problema, salientando ser aí que reside a questão. -----

Realçou que a última parte da intervenção do Filipe Moreira está correta mas que o resto foi propaganda eleitoral, salientando que o membro Filipe Moreira, apesar de muito novo, já tem um traquejo e uma cartilha muito bem estudada, pois a sua intervenção foi para tentar confundir as pessoas. -----

Frisou que o grupo municipal do PSD veio defender a proposta apresentada pelo PS, acrescentando que a diferença é que o PS podia pegar na proposta que trouxe a esta Assembleia e enviá-la ao Ministério do Ambiente porque quem está a gerir a ETAR da Remolha é uma empresa pública sob a alçada do Ministério do Ambiente. Salientou que os partidos da oposição tentaram contaminar o palco desta Assembleia, querendo imputar à Câmara Municipal a responsabilidade pelo sucedido quando sabem muito bem que não é a Câmara que gere a ETAR, mas sim uma empresa pública. -----

Referiu que querer associar a Câmara Municipal ao problema da ETAR da Remolha é querer retirar dividendos políticos, frisando, sobre isso, que as pessoas não são parvas e não se deixam enganar assim com tanta facilidade. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão fez notar que o grupo municipal do PSD defende integralmente a proposta de exigir que seja resolvido o problema da ETAR da Remolha e que a mesma funcione de forma a não afetar o ambiente das pessoas que vivem naquele lugar. -----



[Handwritten marks: a lightning bolt symbol, a circled plus sign, and a circled letter 'B']

Usou da palavra, a pedido do mesmo, o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto.-----

Referiu que, a certa altura, lhe pareceu que se estava a impor o problema à Câmara e que, perante isso, queria informar que a ETAR da Remolha não é do Município, que pertence à Águas do Centro Litoral, SA, que está sob a tutela do Ministério do Ambiente, frisando que, portanto, a infraestrutura é do Ministério do Ambiente. -----

Salientou que a Câmara Municipal, logo que recebeu as primeiras denúncias dos moradores e o abaixo-assinado a expor a situação, contactou a entidade gestora, ou seja, a Águas do Centro Litoral, SA, para inquirir do problema e mostrar a indignação pelo mesmo, fazendo sobressair que os moradores da Remolha têm toda a razão na reclamação que fazem, acrescentando que não há justificação para que a ETAR não funcione bem. -----

Informou que o Vereador do Ambiente e a Chefe de Divisão do Ambiente já estiveram no local para averiguar a situação e constataram que houve ali uma falha grave de funcionamento da ETAR por culpa de quem gere esse equipamento, comentando que, obviamente, essas falhas graves têm, depois, consequências que são difíceis de remediar. Informou ainda que, no dia de ontem, falou com o Presidente da Águas do Centro Litoral, que tomou a falar com ele hoje a transmitir-lhe que a situação não é admissível, tendo aquele lhe respondido que já estavam a tentar minimizar o impacto dos maus cheiros da ETAR.-----

Disse que o problema não se resolve de um dia para o outro mas que, pelo que julga, os moradores já terão sentido alguma melhoria, ou seja, que nos últimos dias já não terão sentido tanto odor, mas que a situação continua inaceitável.-----

Referiu já haver uma proposta para resolver o problema em definitivo, que vai ser estudada, comentando que acha não ser difícil resolver em definitivo o problema mas que poderá demorar alguns meses, pelo que exigiu que, enquanto não for resolvida a situação, a ETAR funcione de maneira a minimizar o impacto para a população. -----

Concluindo a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara disse ficar contente ao ver que todos os partidos entendem exigir dos responsáveis pela exploração da ETAR da Remolha uma solução que resolva, de uma vez por todas, o problema que a mesma tem. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 52 votos a favor (PSD: 33, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1,



CDU: 1, IND: 1), aprovar a recomendação apresentada pela deputada municipal Carla Pinto, do grupo municipal do PS – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Sairam os membros Henrique Portela e Ana Lamas Barros. -----

14 – Despedimento coletivo na Pietec ameaça 41 trabalhadores (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo grupo municipal do BE, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 11.619, em 13 de setembro de 2018 – documento enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à recomendação que instrui o assunto – que igualmente foi distribuída, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal –, passando a palavra ao membro Pedro Ferreira para que fizesse a apresentação da mesma. -----

Usou da palavra o membro *Pedro Ferreira* (BE) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PARA QUE O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA NÃO RECONHEÇA POTENCIAL INTERESSE NACIONAL NA EXPANSÃO DA PIETEC CASO A EMPRESA MANTENHA O DESPEDIMENTO COLETIVO EM CURSO -----

A empresa Pietec – Cortiças, S.A., localizada na freguesia de Fiães, concelho de Santa Maria da Feira, adquirida em 2015 pelo grupo OENEO, apresentou, junto da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI), entidade sob a coordenação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), uma candidatura ao reconhecimento do estatuto PIN a um projeto para expansão das suas instalações. -----

A empresa alegava tratar-se de um investimento de 53 milhões de euros, ao qual estaria associada uma reestruturação de processos fabris e a criação de 35 postos de trabalho diretos. -
Perante estas alegações, as entidades participantes na reunião da CPAI de 5 de março de 2018 (a saber: a CCDR-N, a DGAE, o IEFP, a AT, o ICNF, o IAPMEI, o Turismo de Portugal e o



Município de Santa Maria da Feira) manifestaram a sua posição favorável ao reconhecimento do estatuto PIN ao projeto apresentado pela PIETEC. -----

Acresce que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, para além da pronúncia favorável na reunião da CPAI do dia 5 de março, deliberou ainda em reunião do Executivo Camarário, no dia 26 de março, “reconhecer a relevância e o interesse municipais do projeto de investimento a implementar na freguesia de Fiães pela Sociedade PIETEC – Cortiças, SA, e emitir parecer favorável ao reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN)”. -----

Acontece que em setembro deste mesmo ano, esta mesma empresa, abriu um procedimento para despedimento coletivo de 41 trabalhadores. Esta decisão da empresa contraria em absoluto toda a argumentação que utilizou para justificar o reconhecimento de PIN ao seu projeto. Prometia criar 35 postos de trabalho, mas no imediato quer já despedir 41 trabalhadores. -----

Perante esta ameaça de despedimento coletivo, a Câmara Municipal deve revogar a deliberação de emissão de parecer favorável ao reconhecimento de PIN solicitado pela PIETEC. -----

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não ser enganada e nada fazer. Se o compromisso era o compromisso de 35 novos postos de trabalho, então a empresa não pode abrir um processo de despedimento coletivo para o despedimento de 41 trabalhadores. -----

O município de Santa Maria da Feira deve defender os postos de trabalho e os trabalhadores do concelho. É isso que se propõe na presente recomendação. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 21 de setembro de 2018, recomenda ao Executivo Camarário: -----

Que revogue a deliberação de parecer favorável ao reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN) ao projeto de expansão da PIETEC se esta empresa mantiver o procedimento para despedimento coletivo em curso e que abrange 41 trabalhadores.” -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse considerar que o assunto em apreço deve ser tratado nos órgãos que o País tem para fiscalizar e regulamentar tais matérias, pelo que entende que a Assembleia Municipal não se deve imiscuir nesta questão. -----



Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por salientar que é sempre mau quando se ouve falar de despedimentos no Concelho, que é uma má notícia mas que é preciso ver o que está em causa.-----

Em relação ao despedimento coletivo que a empresa PIETEC pretende levar a cabo, referiu que se os trabalhadores não estão de acordo e se entendem que os fundamentos não são válidos, têm que reagir, comentando que, segundo o pouco que conhece, há uma ação especial de impugnação de despedimento coletivo que é bastante eficaz, realçando contudo que não se iria pronunciar sobre o caso em concreto por não o conhecer. -----

Salientou ser preciso ter algum cuidado porque são as empresas que criam emprego, frisando que é preciso respeitar, e muito, os trabalhadores porque são quem trabalha e quem verdadeiramente cria riqueza, mas que eles só trabalham se houver empresas, pelo que é do entendimento que é necessário haver esse equilíbrio de forças.-----

Disse não se tratar de uma questão de ser da esquerda ou da direita política, mas sim de ser realista, frisando que é importante ver os dois lados e não tomar decisões que possam, até, assustar eventuais interessados em criar emprego em Santa Maria da Feira. -----

Referiu que a Câmara deu o parecer com base nos dados que tinha na altura, realçando que se esse parecer se baseou no pressuposto que a empresa não podia fazer um despedimento coletivo nos vários anos, então que o grupo municipal do PS subscreve que a Câmara deve analisar a questão e fazer alguma coisa, mas que se a empresa cumpriu o que foi estabelecido, então que a Câmara deve manter o parecer favorável.-----

Salientou que, na altura, a Câmara deu o parecer favorável por considerar tratar-se de um projeto de investimento interessante para o Concelho, o qual iria criar bastantes postos de trabalho, tendo entendido importante que tal investimento se concretizasse no município de Santa Maria da Feira e não em outro qualquer.-----

Disse lamentar que a empresa esteja a despedir 41 trabalhadores e que tal situação não deixa de ser um pouco incongruente dado que a empresa pede a laboração contínua porque precisa de produzir mais e, ao mesmo tempo, tenciona proceder a despedimentos, ressaltando não saber se a razão assiste à empresa ou aos trabalhadores e que considera que tal questão deve ser decidida no sítio próprio. -----

Concluindo, fez notar que o grupo municipal do PS votará favoravelmente a recomendação em apreço caso o parecer favorável dado pela Câmara esteja condicionado à situação da



empresa não fazer o despedimento em causa, mas que, no caso de a empresa ter cumprido o estabelecido, então que entende que o benefício dado à empresa deve continuar, para aproveitar o investimento do empresário em causa e de todos os outros que queiram vir para o concelho de Santa Maria da Feira.-----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que subscreve quase na íntegra aquilo que foi dito pelo membro Sérgio Cirino, comentando que nem sempre têm de estar em lados opostos.-----

Referiu que, perante determinadas condicionantes, a Câmara deliberou dar parecer favorável ao reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional ao projeto de expansão da PIETEC, frisando que também preocupa ao grupo municipal do PSD sempre que estão em causa postos de trabalho.-----

Disse que a unidade industrial em questão é fundamental para o Concelho, mais concretamente para a freguesia de Fiães, ressaltando que o município de Santa Maria da Feira é dos maiores interessados e que se fosse revogar essa deliberação poderia não só estar a pôr em causa os 41 trabalhadores mas a totalidade dos trabalhadores dessa empresa, comentando que se a Câmara revogasse a deliberação o que se diria das outras entidades que também deram o parecer favorável, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Autoridade Tributária e várias outras.-----

Concluindo a sua intervenção, deu nota que o grupo municipal do PSD partilha da preocupação relacionada com o despedimento dos trabalhadores mas que, contudo, não alinha na posição defendida pelo Bloco de Esquerda na recomendação em apreço.-----

Usou da palavra, a pedido do mesmo, o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto.-----

Disse estar em causa um conflito laboral e que existem instâncias próprias para o dirimir, realçando ficar preocupado com a tentativa permanente de imiscuição nos poderes que são de outras entidades e que se esteja a arrastar a Assembleia Municipal, de uma maneira populista, para uma situação sem que tenha conhecimento de toda a informação.-----

Frisou que a posição da Câmara é que o conflito deve ser decidido por quem de direito, que



Handwritten initials and a signature.

existem os tribunais e a Autoridade para as Condições de Trabalho para tais situações, ressaltando ser de todo o interesse que a PIETEC se mantenha em Santa Maria da Feira, pelo impacto que tem num setor que é importantíssimo, que é o setor da cortiça. -----
Concluindo, disse ver com alguma apreensão o populismo desenfreado de alguns ao agirem em função das notícias e daquilo que parece que está a dar no momento.-----

Interveio, para finalizar o assunto, o membro *Pedro Ferreira* (BE) que começou por dizer, em relação à questão mencionada pelo membro *Ângelo Santos*, do CDS-PP, de que existem entidades competentes para decidir sobre este assunto, que repetia que aquilo que o BE considera é que a Câmara deve revogar a deliberação em que deu parecer favorável ao reconhecimento do estatuto de Potencial Interesse Nacional ao projeto de expansão da PIETEC. Frisou ser apenas isso que está em causa e que o BE refere a condicionante de que a deliberação deve ser revogada no caso de a empresa manter o procedimento em curso do despedimento coletivo, que abrange 41 trabalhadores. Salientou que, portanto, nada do que consta da recomendação do BE faz com que a Câmara Municipal tome uma posição de ataque contra quem produz emprego no Concelho, mas sim que tome uma posição porque, na altura em que deliberou o parecer favorável, não se conhecia esta particularidade do despedimento coletivo.-----

Em relação ao proferido pelo membro *Sérgio Cirino*, do PS, disse achar que o PS se estava a retirar de tomar uma posição, fazendo sobressair que, para o BE, não se trata de uma questão de populismo desenfreado, como é acusado, mas sim de tomar posições e de tomar lados nesta questão. Reafirmou ser da opinião que a Câmara Municipal não entrará, ao revogar essa deliberação, em guerra contra as entidades criadoras de emprego no Concelho, mas sim que estará a mostrar que não está disposta a ter no Concelho empresas que produzam emprego precário. -----

Referiu que o PS demonstra ter alguns medos no que toca à questão da reintegração dos trabalhadores, realçando, sobre essa questão, que aquilo que a empresa disse é que os trabalhadores visados pelo despedimento coletivo poderiam ser colocados noutros setores. Frisou haver uma efetiva vontade dos trabalhadores em voltarem ao seu emprego mas que, contudo, existe uma real contradição e também uma chantagem por parte da empresa, porque a mesma diz que vai encerrar setores e, depois, pede a expansão.-----



Handwritten initials and signatures

Salientou entender que acusar o BE de populismo e atirar a responsabilidade para outras entidades não é saudável para o debate, fazendo sobressair que a Assembleia Municipal precisa ser séria nas decisões que toma, sublinhando que nada na recomendação entra em conflito com quem cria emprego mas que faz mostrar, para quem se quiser fixar em Santa Maria da Feira, que neste Concelho se trabalha com dignidade e com direitos, para que tenham a certeza que a Câmara está ao lado das empresas que garantam empregos com dignidade e com direitos. -----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor da recomendação (BE: 2, CDU: 1), 46 votos contra (PSD: 32, PS: 13, CDS-PP: 1) e 1 abstenção (IND), rejeitar a recomendação apresentada pelo grupo municipal do BE – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Sérgio Cirino* (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Neste ponto, o Partido Socialista votou contra a proposta porque, primeiro de tudo, nem sequer está nas competências da Assembleia Municipal fazer julgamentos sobre um processo que está em curso, e nós não temos, como é óbvio, toda a informação, nem teríamos que ter. -- O processo está em curso, seguirá o seu tempo, embora na intervenção, e agora na declaração de voto, não fica esquecido que a Câmara deve verificar os pressupostos em que concedeu esse potencial interesse, para ver se foram cumpridos ou não. -----

Penso que não devemos misturar as competências, a Assembleia Municipal tem as suas próprias, eu também não gostaria de ver os tribunais a deliberarem matérias sobre o orçamento da Câmara Municipal, eu não admitiria porque isso é uma competência da Assembleia Municipal: Por isso, tem que haver respeito pela separação de poderes, como é óbvio.” -----

Sairam os membros António Topa e Armando Teixeira. -----

Reentrou o membro Ana Lamas Barros. -----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. *Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou da existência de 5 inscrições para intervir, dos cidadãos que, seguidamente, se identificam:

1 – Fernando Jorge Soares Carvalho

Morada: Rua da Volta, n.º 17, Espargo

Assunto: Maus cheiros da ETAR da Remolha

2 – Ivo Ricardo Soares Carvalho

Morada: Viela do Alto, n.º 2, Espargo

Assunto: Maus cheiros da ETAR da Remolha

3 – Raul Reis

Morada: Rua dos Loureiros, n.º 48, Espargo

Assunto: Maus cheiros da ETAR da Remolha

4 – Ana Rita Baptista Pinto do Couto

Morada: Rua Afonso de Albuquerque, n.º 216, 2.º I, Esmoriz

Assunto: Bem-estar animal

5 – Carlos Moisés da Silva Moreira

Morada: Rua do Barreiro, São João de Ver

Assunto: Urbanismo, taxas e licenças, saneamento.

O Sr. Presidente da Assembleia informou os cidadãos inscritos que, nos termos regimentais, tinham cinco minutos de intervenção, numa intervenção única. De seguida, passou a palavra ao cidadão Fernando Carvalho.

Interveio o cidadão *Fernando Carvalho* que disse o que, de seguida, se passa a citar:

“Eu confesso que estou habituado a trabalhar em público, eu sou professor universitário, mas fiquei um bocadinho transtornado com algumas coisas que ouvi aqui relativamente à ETAR da Remolha.

Só quem não conhece a realidade é que é capaz de duvidar daquilo que realmente foi escrito.-- Eu começaria esta intervenção por dizer que, desde sempre, a ETAR da Remolha foi um mau vizinho.

Foi um erro em 1998/1997 ela ter sido edificada naquele local, haveria outro local, portanto, há uma zona atrás do Fogueteiro – Espargo, que é uma zona em forma de parábola,



provavelmente ajudaria muito a exalação dos odores sem qualquer tipo de problema de maior. Sei que, na altura, o Sr. César Adrego, como Presidente da Junta da altura, insurgiu-se contra aquela localização, eu próprio perguntei muitas vezes aos construtores se aquele tipo de infraestrutura criaria algum problema adicional para o futuro, sempre me disseram que não, que estava tudo OK. -----

O melhor período que nós vivemos, de facto, em Espargo, foi entre 1999 e cerca de 2008, que corresponde ao período em que a ETAR não funcionava, estava à espera que se acabasse o saneamento, etc. Foi, de facto, o melhor período. -----

Naturalmente que, durante o período que medeia 2008 e 2015, houve um conjunto de queixas que foram dirigidas à SIMRIA e à Luságua, por via telefónica, por alguns moradores da zona, os chamados queixosos, eu fiz isso também algumas vezes, naturalmente. -----

Durante esse período, a Junta de Freguesia de Espargo, também por iniciativa própria, dadas as queixas que lá chegariam, inquiriu a Câmara Municipal e também a SIMRIA. -----

Naturalmente que, nessa altura, a SIMRIA tentou encontrar, no caso a Luságua, que era a subcontratada pela SIMRIA, tentou encontrar uma solução para o problema, para perceber o que é que se estava a passar e, flagraram, de facto, uma cisterna a fazer uma descarga ilegal à entrada da ETAR. Naturalmente que estão a destruir a ETAR. Para quem, como eu, teve o cuidado de ler 2 teses de mestrado, não é a minha área propriamente dita, a minha é Engenharia Eletrotécnica, mas estive a ler 2 teses de mestrado sobre ETAR e percebi algumas coisas sobre isto. Só quem não percebe é que, de facto, consegue tecer alguns dos comentários que foram aqui tecidos. -----

Em 2015 foi formalmente enviada uma queixa por uma comissão de moradores que foi criada, não fui eu que fui procurar as pessoas, as pessoas é que vieram ter comigo. -----

Recebemos, na altura, da Sra. Palmira Gaiola, tem um nome sui generis, mas é o que é, da SIMRIA, com o conhecimento da Sra. Dulce Soares, da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, que não constataram da existência de odores ditos anormais para este tipo de instalação, ou seja, estava tudo bem. -----

Desviaram-se da questão técnica por nós identificada, porque eu chamei um colega meu que trabalha no Grupo Amorim, que está habituado a este tipo de situações difíceis, e perguntei-lhe “Ó Paulo, vê-me aqui isto”, e estivemos várias horas a observar o modo de funcionamento da ETAR e descobrimos o problema. -----



Claro que na resposta que me foi dada pela Sra. Palmira Gaiola, ela desviou-se completamente do problema essencial, porque o problema essencial requer investimento, é disso que se trata, meus senhores, é de investimento. -----

Chegamos a 2018 cansados dos maus cheiros que nos entram porta dentro e sem avisar e sem se poder, sequer, tomar um ar fresco. Acreditem no que vos estou a dizer, estão convidados, quando quiserem, batam no número 17 da Rua da Volta, estão convidados a passar por lá. ----

Elaboramos um abaixo-assinado, de facto, que conta com 93 assinaturas de pessoas que sentem, atenção que há pessoas que podem nem sentir cheiros, mas que se sentem, de facto, afetadas pelo problema. -----

Isto, às vezes, faz-me lembrar um bocadinho aquele acidente de Chernobil, quer dizer, houve aquele problema do reator número 4 por abuso de um Engenheiro que resolveu inventar e parar um reator, quando eles devem de rodar a 700 rotações por minuto, que é o mínimo, faz-me lembrar um bocadinho o acidente de Chernobil. -----

Quer dizer, eu gastei 275 mil euros a fazer uma casa e acho que vivo numa zona de exclusão, eu até acho que nem devia pagar IMI, ou se quiserem eu pago o dobro desde que me resolvam o problema. -----

Sendo assim, dirigimos esse abaixo-assinado, fui convidado na altura pela engenheira que está a tutelar o processo a verificar as instalações da ETAR, e dizia-me ela que funciona tudo bem. Claro, está tudo bem. Eu, às vezes, pergunto aos meus alunos, eles às vezes vêm consultar a prova para verificar o resultado que, muitas vezes, não é aquilo que eles esperam, e eles perguntam porque é que lhes dei zero numa questão. E a minha resposta é sempre esta: se eu lhe perguntar de que cor é um carro e você me disser que tem quatro rodas, acha que está certo? Ele dizem que está, e eu digo que não foi isso que perguntei. -----

Está a funcionar? Está, mas não está a funcionar bem. A questão essencial é exatamente essa. - A ETAR é uma estação de tratamento secundária, isto é, está apta para o tratamento biológico de matéria orgânica. Há três fontes possíveis de contaminação, a primeira eu dou de barato, o poço de dragagem e desassoreamento, onde fazem raspagem das areias. Isso que falaram aqui é 0,5% do problema. -----

O problema observado, e para que observa de cima vê quando é que os cheiros aparecem, aparecem em cada ciclo esporadicamente e ficam por lá durante muitos bons minutos, posso dizer-vos. Isso funciona assim, os tanques decantadores, se me permitem, recebem o licor



misto, que é o chamado licor depois de filtrado das areias, e é bombeado do poço de dragagem e as bactérias aeróbicas fazem um trabalho biológico. Esse trabalho biológico é considerado um trabalho positivo, portanto, isto dito lá nessas teses de mestrado, vejam bem que eu andei a ler duas teses de mestrado, que é um processo chamado lamas ativadas. Esta transferência, de per si, exala maus cheiros, para que o processo de oxidação se consolide de forma mais efetiva e se reduza a duração dos ciclos de tratamento, que é isso que a ETAR da Remolha tem de fazer, porque ela está dimensionada para 8.500 habitantes mas eu acho que ele deve estar a trabalhar com muito mais gente do que isso, é feita uma insuflação de oxigénio, porque as bactérias têm que se replicar, têm que se mover, têm de fazer o seu trabalho. -----

E é nessa altura que aquilo é insuportável, e obviamente que esse cheiro fica difundido durante um largo período, isto é, o que se tenta fazer com essa insuflação de oxigénio é aumentar o metabolismo do processo, portanto, ao fim ao cabo é isso, isto para quem percebe de engenharia é disso que se trata. -----

Portanto não me venham com histórias, dizer que é o problema do tamisador ou não sei de quê, é zero. Eu recebi esse e-mail. Inclusivamente, respondendo a alguém que fez a questão aqui à frente, que isto era uma questão política, não é, eu não tenho nada a ver com a política, eu já votei no PS e no PSD, estou perfeitamente à-vontade, não é uma questão política. Eu sinto-me bem em qualquer quadrante desde que as pessoas funcionem, seja o quadrante que for, para mim é indiferente. -----

Portanto, está identificada a fonte de contaminação. No dia em que nós reunimos com a engenheira da empresa responsável, nós chegamos à conclusão de que havia duas características que podem, de facto, deixar-nos a refletir sobre aquele tipo de ETAR. Instalações arcaicas, isto por um lado, e por outro lado é preciso tapar aqueles tanques, porque aquela ETAR não está preparada para trabalhar em meio habitacional, não está, devia ter sido levada para a beira do Fogueteiro. O Sr. Alfredo Henriques tem culpa no cartório, ele devia ter ouvido o Sr. César Adrego na altura. Não ouviu. -----

Em síntese, e terminado, não vale a pena andarmos com medidas avulsas a tenta amarrar tudo com arame, que é isso que têm vindo a fazer até hoje. Essas medidas que foram há bocado enunciadas aqui pela deputada do PSD, se me permite, é tentar amarrar o problema com arame, e já sabem o que é que acontece quando se amarram as coisas com arame, é uma



desgraça.-----
Isto está mais do que identificado, já estamos a trabalhar com engenheiros, eu sou engenheiro e tenho muita gente a trabalhar à minha volta a dizer que aquilo não está bem, que tem de ser tratado.-----

É preciso investimento, o problema está identificado, a engenheira corrobora essa situação, vocês têm de construir abóbadas, ou edificar um edifício em torno da ETAR, e fazer o tratamento de odores. Aquilo não tem tratamento de odores.-----

Se vocês forem, por exemplo, consultar a ETAR de Fiães, que está dimensionada para 50 mil habitantes, eu estive lá hoje, zero de cheiros. Porquê? Porque é topo de gama.-----

Vocês vão ver a ETAR de Paramos, que há bocado alguém referenciou, e bem, está dimensionada para 200 mil habitantes. Sabem qual é a razão das duas ETAR, em termos de tratamento? 24 vezes. Eu para conseguir sentir o cheiro da ETAR de Paramos tive que meter o nariz dentro da ETAR, e ainda assim tive dificuldade.-----

Mas digo-vos que, provavelmente, os cheiros exalados pela ETAR de Espargo é 24 vezes superior aos cheiros exalados por uma ETAR que trata 200 mil habitantes de uma só vez.-----

Portanto, alguma coisa é preciso fazer. Nós não nos vamos calar, há bocado alguém questionava. A Inspeção do Ambiente foi informada do processo, realmente mandou um e-mail para a Águas do Centro Norte, para tratar desse problema, e não vale a pena andar com medidas avulsas, porque eu chamo a televisão, a RTP está contactada, eles estão para chegar lá para ver o que é que se passa. De facto, não adianta, eu sou o testemunho vivo daquilo que se vive em Espargo de Baixo, não vale a pena estar aqui a tentar dar a volta, a dizer que é um problema político, não é.-----

E eu não contactei a Câmara diretamente, porquê? Eu já o fiz em 2015 e o que é que foi feito? Zero. Se eu fosse Presidente da Câmara, o que é que eu faria? Eu dizia é preciso investimento. Vocês têm de tratar disso sob o ponto de vista do investimento ou, então, fecham a ETAR e fazem a ligação à ETAR de Paramos, isso é possível de fazer.-----

O rio está totalmente contaminado, cheio de azoto, cheio de fósforo, mas o que é que é isto? --
Vamos continuar a lutar. O Sr. Presidente, naturalmente, já respondeu à questão, eu só lhe diria isto, uma vez que o ambiente é uma das substâncias primordiais, a sua grande arché em cada um dos seus programas políticos, que providências pretende tomar em relação a este problema, enquanto representante máximo do nosso Município? Era isso que eu trazia para si.



O problema está identificado, peço imensa desculpa pela abordagem, porque realmente ouvi aqui coisas que parece que estamos a mentir. O meu problema não é político, ficam já a saber, eu não vivo de política, quero que resolvam o problema, é isso que eu quero. -----
Muito obrigado, peço desculpa pela frontalidade.” – Fim de citação.-----

Interveio o cidadão *Ivo Carvalho* que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Eu nunca pensei estar aqui numa Assembleia destas, para falar de um motivo destes. Eu vivo em Espargo de Baixo, cerca de 150 a 200 metros, em linha reta, da ETAR que se falou aqui hoje, e venho cá dar o meu testemunho porque, neste momento, é insuportável viver naquele local. -----

Eu tenho duas preocupações, neste momento, uma delas é, quando saio de casa, se fechei as janelas todas, porque se eu chegar a casa não vou conseguir estar em casa. -----

E outra delas é que quando me aproximo a cerca de 500 metros de casa, fechar as janelas do carro porque, se não, é uma desgraça.-----

Eu não vou estar a discutir nem a comentar assuntos técnicos, não é a minha área, mas há coisas aqui que me preocupam, e essas sim são da minha área. Eu sou médico, e há questões aqui de saúde pública que me preocupam profundamente. -----

Por estas questões todas que foram explicadas, por esta libertação de gases, por substâncias que são libertadas que já falaram, gás metano, amoníaco, sulfureto de hidrogénio, tudo isto preocupa-me. -----

É como eu já disse, vivo a cerca de 200 metros daquela ETAR, eu não consigo estar dois minutos no jardim. Tenho um jardim e não consigo usufruir do espaço que tenho em casa. É triste, mas é assim que funciona.-----

Eu, neste momento, tenho vergonha, vou usar mesmo este termo porque é mesmo assim, de duas coisas. Uma delas é viver onde vivo, que é uma vergonha, infelizmente, é uma vergonha. Nasci naquele local, vivi uma grande parte da minha vida lá e achei que estava a fazer uma coisa espetacular em retornar ao local onde passei a minha infância, e a construir num terreno que era da minha avó. Se arrependimento matasse.-----

Eu só venho apelar, mais uma vez, que essa situação seja resolvida porque é insuportável viver naquele local, completamente insuportável. E preocupa-me bastante porque, mais uma vez, e vou reforçar, existem problemas de saúde pública e há muitas pessoas a viverem ali. ---



É só isto que eu queria aqui reforçar e chamar a atenção, mais uma vez, que resolvam essa questão.” – Fim de citação. -----

Interveio o cidadão **Raul Reis** que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Se houver um mau vizinho, sou eu, porque eu vivo mesmo a 50 metros da ETAR. Aquilo que vos tenho para dizer aqui, aos membros da Assembleia Municipal, é que é insuportável viver lá. É insuportável. -----

Nós acordamos de manhã a cheirar mal, estamos a almoçar a cheirar mal, vamos jantar a cheirar mal e vamos dormir a cheirar mal, ou seja, o cheiro é de segunda-feira até segunda-feira. -----

Tenho dias em que vou com o meu filho para um lado ou outro, quando estou a chegar a Espargo, o meu filho, a primeira coisa que me diz é “pai, estamos a chegar a Espargo” Isto é uma vergonha para quem vive lá.-----

Eu não queria estar a demorar muito tempo, eu só peço que este problema seja resolvido o mais rápido possível, porque há pessoas que querem fazer lá investimentos, querem fazer casas e não podem. Atualmente a freguesia de Espargo é uma freguesia muito envelhecida, há pouca população. -----

Não acredito que os casais novos, que queiram criar família, que se vão estabelecer lá por causa disto. Agradeço a vossa atenção.” – Fim de citação. -----

Feita a chamada, verificou-se que a cidadã Ana Couto não se encontrava presente. -----

Interveio o cidadão **Carlos Moisés Moreira** que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Vinha falar de três pontos que me estão a consumir um bocado. Um deles tem a ver precisamente com o saneamento, e eu estou um bocado preocupado porque tanto se fala de uma ETAR, e eu ia falar da minha rua que ainda não tem o saneamento, mas estou com medo de o poder dizer porque será mais uma rua a ligar a essa ETAR, penso eu. Mas eu gostava de saber para quando é que vai haver ligação à rede pública de saneamento da rua em que eu vivo, que é a Rua do Barreiro, em São João de Ver. Dizem que todo o Concelho tem saneamento mas, efetivamente, aquela rua não tem e traz-me um problema muito grande porque, quando preciso esvaziar aquela coisa que cheira muito mal, tenho que chamar



[Handwritten marks: a circled '3' and a signature]

tratores, e esses tratores agora estão inibidos de poder fazer o serviço, não o podem fazer, e é muito complicado. -----

O segundo ponto tem cerca de sete anos, e é uma pretensão de quem investiu no Concelho, de quem já enviou cartas registadas a pedir resolução e de quem sabe que, quando investiu no Concelho, a infraestrutura já estava no local. É uma verdade. Mas também sei que há requalificações, e estou a falar de um sistema de deposição de lixo que existe no gaveto da Rua dos Descobrimentos com a Rua Dr. Vitorino de Sá. Com cartas, mais uma vez digo, enviadas ao Sr. Presidente da Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara, e continuo a ter uma esplanada em que efetivamente, já que se está a falar em maus cheiros, vai-se continuar, uma esplanada que padece de maus cheiros, de um espaço que foi montado e que foi criado até para defender as próprias políticas que este Executivo camarário defende, de captação turística, e, depois, às 10h30 da noite, tenho os homens da SUMA a levantarem todo o sistema e a tirarem o lixo, e, efetivamente, dá-me cabo do negócio. E foi um negócio de risco, em 2011, investir o que eu investi no centro de Santa Maria da Feira, foi preciso ter alguma capacidade de encaixe, para não dizer outras coisas. -----

E há outro assunto que também me revolta um bocado, que tem a ver com taxas e licenças. Eu gostava de saber que autoridade tem a Federação das Coletividades para exigir o pagamento extra de uma esplanada num evento que é feito no Concelho, num evento que não se pode negar o interesse, inclusivamente económico e tudo mais, que é o evento Viagem Medieval. Eu tenho uma esplanada paga o ano todo, a quem de direito de pedir essa licença, que é o Município, e eu pago-a para o ano todo, que são cerca de 600 euros. E, depois, chega a 15 dias da Viagem Medieval e tenho que pagar à Federação das Coletividades 750 euros. Por acaso, fui hoje pagá-los. É uma coisa que também me enerva particularmente. -----

Ok, sim senhor, a quem participa na Viagem, aos mercadores que se inscrevem para a Viagem, que lhes seja cobrada a taxa, agora que não se cobre uma taxa a um comerciante que, durante o ano todo, defende um espaço que está ali para desenvolvimento da própria cidade em si, e de tudo mais.” – Fim de citação. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começando por aludir à questão levantada pelos moradores da zona da ETAR da Remolha, disse que, como já referiu nesta sessão na intervenção que efetuou aquando da discussão do



(Handwritten marks)

ponto n.º 13, os mesmos têm razão na reclamação que fazem, frisando que há necessidade de fazer um investimento naquela ETAR, e que tal investimento tem de ser feito.-----

Frisou já ter falado com a administração da Águas do Centro Litoral para que esse investimento seja feito, salientando que, contudo, não pode garantir qual o prazo de execução até porque é um processo que leva sempre algum tempo, realçando que a Câmara vai fazer todos os esforços para que o investimento seja feito.-----

Relativamente às questões colocadas pelo cidadão Carlos Moisés referiu, quanto à questão de quando é que Rua do Barreiro, em São João de Ver, vai ter rede de saneamento, que não sabe responder a isso, salientando serem questões que são respondidas pelos técnicos da Câmara ou da Indagua, aconselhando o cidadão Carlos Moisés a se deslocar a uma dessas entidades para ver qual o ponto da situação. -----

Sobre a questão do contentor enterrado do lixo fez notar que aquela infraestrutura já está naquele local há muitos anos, que julga que funciona bem e que não lhe parece que a mesma cause um impacto tão grande, até por se tratar de um contentor enterrado. Comentou que, contudo, admite que possa causar alguma consternação nas alturas em que é despejado. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse, no respeitante à questão da taxa que o cidadão Carlos Moisés disse que lhe é cobrada para o período em que se realiza a Viagem Medieval, que desconhece a cobrança dessa taxa, pelo que tal questão teria de ser colocada a quem de direito.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 0 horas e 45 minutos do dia 22 de setembro de 2018, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

(Handwritten signature)



A 1.ª Secretária,

Edna de Sousa Costa

O 2.º Secretário,

Luís Miguel de Sousa
